

Sevcenko, N. - "Literatura
como missão"

30 cop.

*De uma hora para outra, a antiga cidade [do Rio de Janeiro] desapa-
receu e outra surgiu como se fosse obtida por uma mutação de tea-
tro. Havia mesmo na coisa muito de cenografia.*

Lima Barreto, Bz, p. 106

1. RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ARRIVISMO

Assinalando nitidamente um amplo processo de desestabi-
lização e reajustamento social, o advento da ordem republicana
foi marcado também por uma série contínua de crises políticas
— 1889, 1891, 1893, 1897, 1904. Todas elas foram marcadas por
grandes ondas de "deposições", "degolas", "exílios", "deportações",
que atingiram principalmente, em primeiro lugar as elites tradi-
cionais do Império e o seu vasto círculo de clientes; mas tenden-
do em seguida — sobretudo nos seus dois últimos movimentos
— a eliminar também da cena política os grupos comprometi-
dos com os anseios populares mais latentes e envolvidos nas cor-

rentes mais férvidas do republicanismo. Opera-se através delas
como que uma filtragem dos elementos nefastos ao novo regime,
aqueles que pecavam quer por demasiada carência, quer por ex-
cesso de ideal republicano.

Reforçando esse processo convulso de seleção política, o es-
tabelecimento da nova ordem desencadeou simultaneamente uma
permutação em larga amplitude dos grupos econômicos, ao pro-
mover com o Encilhamento a "queima de fortunas seculares",
transferidas para as mãos de "um mundo de desconhecidos" por
meio de negociatas excusas.¹ Com o término da experiência tu-
multuosa do Encilhamento, a prática especulativa não se encer-
rou, transferindo-se antes, e com avultados recursos, do jogo dos
títulos e ações para as operações ignominiosas em torno das gra-
ves oscilações cambiais que distinguiram a primeira década re-
publicana.² Some-se a esse quadro, ainda, a alocação dos vultuosos
recursos estatais para as mãos de intermediários adventícios, sem-
pre em proveito de aventureiros e especuladores de última hora.

¹ Se os conflitos políticos tendiam a decantar os agentes cuja
qualidade maior fosse a moderação no anseio das reformas, as
agitações econômicas, por seu lado, apuravam os elementos pre-
dispostos à "fome do ouro, à sede da riqueza, à sofreguidão do
luxo, da posse, do desperdício, da ostentação, do triunfo". Con-
ciliando essas duas características, o conservadorismo arrejado e
a cupidéz material, pode-se conceber a imagem acabada do tipo
social representativo por excelência do novo regime.

Apesar do adesismo imediato e maciço que maculou a pu-
reza da República já nos dias imediatos à Proclamação, serão es-
ses "Homens Novos", vindos à tona com a nova situação, que da-
rão o tom geral à ordem que se criava, marcando o novo sistema
de governo com o timbre definitivo do arrivismo sófrego e in-
contido: "A Bolsa nesses últimos tempos é a fotografia da socie-
dade", diria um crítico da época, "cada qual procura enganar a

cada um com mais vantagem [...], os ricos de hoje são os trocistas de ontem." Nas palavras de um cronista coevo, a sociedade se tornava um "desabalado torvelinho de interesses ferozes, onde a caça ao ouro constitui a preocupação de toda a gente".⁴

No decorrer do processo de mudança política, os cargos rendosos e decisórios — antigos e novos — passaram rapidamente para as mãos desses grupos de recém-chegados à distinção social, premiados com as ondas sucessivas e fartas de "nomeações", "indenizações", "concessões", "garantias", "subvenções", "favores", "privilegios" e "proteções" do novo governo. O revezamento das elites foi acompanhado pela elevação do novo modelo do burguês argentino como o padrão vigente do prestígio social. Mesmo os gentis-homens remanescentes do Império, aderindo à nova regra, "curvam-se e fazem corte ao burguês plutocrata".⁵ Era a consagração olímpica do arrivismo agressivo sob o pretexto da democracia e o triunfo da corrupção destemperada em nome da igualdade de oportunidades.⁶

O próprio compasso frenético com que se definiram as mudanças sociais, políticas e econômicas nesse período concorreu para a aceleração em escala sem precedentes do ritmo de vida da sociedade carioca. A penetração intensiva de capital estrangeiro, ativando energicamente a cadência dos negócios e a oscilação das fortunas, vem corroborar e precipitar esse ritmo, alastrando-o numa amplitude que arrebatava a todos os setores da sociedade. Testemunhas conspícuas atestam o fato com veemência:

A atividade humana aumenta numa progressão pasmosa. Já os homens de hoje são forçados a pensar e a executar, em um minuto, o que seus avós pensavam e executavam em uma hora. A vida moderna é feita de relâmpagos no cérebro e de ruídos de febre no sangue.

Ao amanhã de todo o sempre, substituíra-se o já e já.⁷

A situação era realmente excepcional. A cidade do Rio de Janeiro abre o século XX defrontando-se com perspectivas extremamente promissoras. Aproveitando-se de seu papel privilegiado na intermediação dos recursos da economia cafeeira e de sua condição de centro político do país, a sociedade carioca viu acumular-se no seu interior vastos recursos enraizados principalmente no comércio e nas finanças, mas derivando já também para as aplicações industriais. Núcleo da maior rede ferroviária nacional, que o colocava diretamente em contato com o Vale do Paraíba, em São Paulo, os estados do Sul, o Espírito Santo e o *Hinterland* de Minas Gerais e Mato Grosso, o Rio de Janeiro completava sua cadeia de comunicações nacionais com o comércio de cabotagem para o Nordeste e o Norte até Manaus. Essas condições prodigiosas fizeram da cidade o maior centro comercial do país. Sede do Banco do Brasil, da maior Bolsa de Valores e da maior parte das grandes casas bancárias nacionais e estrangeiras, o Rio polarizava também as finanças nacionais. Acrescente-se ainda a esse quadro o fato de essa cidade constituir o maior centro populacional do país, oferecendo às indústrias que ali se instalaram em maior número nesse momento, o mais amplo mercado nacional de consumo e de mão-de-obra.⁸

Na passagem do século, o Rio de Janeiro aparecia com destaque como o 15º porto do mundo em volume de comércio, superado no continente americano apenas por Nova York e Buenos Aires. A decadência da economia cafeeira do Vale do Paraíba e o envio da produção do oeste paulista para o porto de Santos, se tendiam a diminuir a atividade exportadora do Rio de Janeiro, foram entretanto compensados por um vultoso aumento das importações e do comércio de cabotagem, que fizeram crescer na proporção de mais de um terço o movimento portuário carioca no período de 1888 a 1906.⁹ A mudança da natureza das atividades econômicas do Rio foi de monta, portanto, a transformá-lo

no maior centro cosmopolita da nação, em íntimo contato com a produção e o comércio europeus e americanos, absorvendo-os e irradiando-os para todo o país. A experiência de "democratização" do crédito, levada a efeito pela política do Encilhamento, levou a essa aproximação latente ao auge do paroxismo. A nova filosofia financeira nascida com a República reclamava a remodelação dos hábitos sociais e dos cuidados pessoais. Era preciso ajustar a ampliação local dos recursos pecuniários com a expansão geral do comércio europeu, sintonizando o tradicional descompasso entre essas sociedades em conformidade com a rapidez dos mais modernos transatlânticos.

Uma verdadeira febre de consumo tomou conta da cidade, toda ela voltada para a "novidade", a "última moda" e os artigos *dernier bateau*. Na rua do Ouvidor, centro do comércio internacional sofisticado do Rio,

a afluência era enorme. Dobrara, senão triplicara, desde os primeiros meses da República, e nas esquinas das ruas da Quitanda e dos Ourives havia muita gente parada, sem poder circular. Bem raras cartolas, e também pouco freqüentes chapéus moles e desabados [modelos típicos do Segundo Reinado], quase todos com chapéus baixos, de muitas cores, no geral pretos. Lojas atapetadas, atulhadas de fregueses, sobretudo casas de jóias: a clientela diária de senhoras luxuosamente vestidas, com mais aparato do que gostava, trazia a caixeirada numa roda-viva.¹⁰

Muito cedo, ficou evidente para esses novos personagens o anacronismo da velha estrutura urbana do Rio de Janeiro diante das demandas dos novos tempos. O antigo cais não permitia que atracassem os navios de maior calado que predominavam então, obrigando a um sistema lento e dispendioso de transbordo. As ruelas estreitas, recurvas e em declive, típicas de uma cidade

colonial, dificultavam a conexão entre o terminal portuário, os troncos ferroviários e a rede de armazéns e estabelecimentos do comércio de atacado e varejo da cidade. As áreas pantanosas faziam da febre tifóide, do impudismo, da varíola e da febre amarela endemias inextirpáveis. E o que era mais terrível: o medo das doenças, somado às suspeitas para com uma comunidade de mestiços em constante turbulência política, intimidava os europeus, que se mostravam então parcimoniosos e precavidos com seus capitais, braços e técnicas no momento em que era mais ávida a expectativa por eles. As sucessivas crises políticas desde a Proclamação da República haviam não só exaurido o Tesouro Nacional, como sustado a entrada de capitais e dificultado a imigração. Era preciso, pois, findar com a imagem da cidade insalubre e insegura, com uma enorme população de gente rude plantada bem no seu âmago, vivendo no maior desconforto, imundície e promiscuidade, pronta para armar em barricadas as vias estreitas do Centro ao som do primeiro grito de motim.

Somente oferecendo ao mundo uma imagem de plena credibilidade era possível drenar para o Brasil uma parcela proporcional da fartura, conforto e prosperidade em que já chafurdava o mundo civilizado.

Cumpria acompanhar o progresso que segue rápido e não espera por ninguém; deixar-se de estatelado como um frade de pedra, a ver passar a mais brilhante das procissões — ouro a rolar.¹¹

E acompanhar o progresso significava somente uma coisa: alinhar-se com os padrões e o ritmo de desdobramento da economia europeia, onde "nas indústrias e no comércio o progresso do século foi assombroso, e a rapidez desse progresso miraculosa".¹² A imagem do progresso — versão prática do conceito homólogo de civilização — se transforma na obsessão coletiva da

nova burguesia. A alavanca capaz de desencadeá-lo, entretanto, a moeda rutilante e consolidada, mostrava-se evasiva às condições da sociedade carioca.

A todo transe, urgia apelar, reunir, mobilizar capitais, acordá-los, sacudi-los, tangê-los e, sem detença nem vacilação, obrigá-los a frutificar antes do mais em proveito de quantos se propunham, ousados e patriotas, a agitar e vencer o torpor das economias amontoadas, apáticas, imprimindo-lhes elasticidade e vibração.¹³

Muito breve, essa carnada veria concretizados seus anseios e recompensados todos os seus esforços. Assim como as agitações de 1897 extinguíram os últimos focos monarquistas organizados, a repressão de 1904 permitiu a dispersão da oposição Jacobina de par com o fechamento da temível Escola Militar da Praia Vermelha. O regime estava consolidado e a estabilidade garantida, mormente com a adoção desse sistema neutralizador da política nacional que foi a "política dos governadores", encetada no quadriênio de Campos Sales (1898-1902). O primeiro *funding loan* (1898) possibilitou a restauração financeira interna e a recuperação da credibilidade junto aos centros internacionais. Estava aberto o caminho para o desfecho inadiável desse processo de substituição das elites sociais: a remodelação da cidade e a consagração do progresso como o objetivo coletivo fundamental. Conforme o comentário de um cronista entusiasmado:

O Brasil entrou — e já era tempo — em fase de restauração do trabalho. A higiene, a beleza, a arte, o "conforto" já encontraram quem lhes abrisse as portas desta terra, de onde andavam banidos por um decreto da Indiferença e da Ignomínia coligadas. O Rio de Janeiro, principalmente, vai passar e já está passando por uma transformação radical. A velha cidade, feia e suja, tem os seus dias contados.¹⁴

Sem mais delongas, o novo grupo social hegemônico poderá exibir os primeiros monumentos votados à sagração de seu triunfo e de seus ideais. O primeiro deles se revela em 1904, com a inauguração da Avenida Central e a promulgação da lei da vacinação obrigatória. Tais atos são o marco inicial da transfiguração urbana da cidade do Rio de Janeiro. Era a "regeneração" da cidade e, por extensão, do país, na linguagem dos cronistas da época. Nela são demolidos os imensos casarões coloniais e imperiais do centro da cidade, transformados que estavam em pardieiros em que se abarrotava grande parte da população pobre, a fim de que as ruas acanhadas se transformassem em amplas avenidas, praças e jardins, decorados com palácios de mármore e cristal e pontilhados de estátuas importadas da Europa. A nova classe conservadora ergue um *décor* urbano à altura da sua empáfia.¹⁵ O segundo grande marco da sua vitória é a Exposição Nacional do Rio de Janeiro, que trouxe a glorificação definitiva dos novos ideais da indústria, do progresso e da riqueza ilimitados.¹⁶

Assistia-se à transformação do espaço público, do modo de vida e da mentalidade carioca, segundo padrões totalmente originais; e não havia quem pudesse se opor a ela. Quatro princípios fundamentais regeram o transcurso dessa metamorfose, conforme veremos adiante: a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense.

A expressão "regeneração" é por si só esclarecedora do espírito que presidiu esse movimento de destruição da velha cidade, para complementar a dissolução da velha sociedade imperial, e de montagem da nova estrutura urbana. O mármore dos novos

palacetes representava simultaneamente uma lápide dos velhos tempos e uma placa votiva ao futuro da nova civilização. Olavo Bilac descreve com um sadismo sensual e efusivo a demolição da antiga cidade e a abertura de novas perspectivas:

No aluir das paredes, no ruir das pedras, no esfarelar do barro, havia um longo gemido. Era o gemido soturno e lamentoso do Passado, do Atraso, do Opróbrio. A cidade colonial, imunda, retrógrada, emperrada nas suas velhas tradições, estava soluçando no soluçar daqueles apodrecidos materiais que desabavam. Mas o hino claro das picaretas abafava esse protesto impotente. Com que alegria cantavam elas — as picaretas regeneradoras! E como as almas dos que ali estavam compreendiam bem o que elas diziam, no seu clamor incessante e rítmico, celebrando a vitória da higiene, do bom gosto e da arte!¹⁷

Para o cronista Gil, era essa remodelação urbana, e não o Grito do Ipiranga, que marcava a nossa definitiva redenção da situação colonial.¹⁸

O novo cenário suntuoso e grandiloquente exigia novos figurinos. Daí a campanha da imprensa, vitoriosa em pouco tempo, para a condenação do mestre-de-obras, elemento popular e responsável por praticamente toda edificação urbana até aquele momento, que foi defrontado e vencido por novos arquitetos de formação acadêmica. Ao estilo do mestre-de-obras, elaborado e transmitido de geração a geração desde os tempos coloniais, substituindo-se ao fim em uma arte autenticamente nacional, sobre pôs-se o *art nouveau* rebuscado dos fins da *Belle Époque*. Também com relação à vestimenta verifica-se a passagem da tradicional sobrecasaca e cartola, ambos pretos, símbolos da austeridade da sociedade patriarcal e aristocrática do Império, para a moda mais leve e democrática do paletó de casimira clara e chapéu de palha.

O importante agora é ser *chic* ou *smart*, conforme a procedência do tecido ou do modelo.

Data dessas transformações a descoberta, pelos escritores brasileiros, de uma pecha que até então só nos fora impingida pelos estrangeiros: a “nossa tradicional preguiça”. Observando a sociedade rural e os grupos tradicionais a partir do ângulo urbano e cosmopolita, em que o tempo é encarado sobretudo como um fator de produção e de acumulação de riquezas, seu juízo sobre aquela sociedade não poderia ser outro. Por isso, um dos temas da Regeneração foi exatamente este: o orgulho de, com as obras de reconstrução do Rio, nos haveremos redimido do estigma de preguiçosos com que os estrangeiros nos açulavam.

Onde vai perdida nossa fama de povo preguiçoso, amolentado pelo clima e pela educação, incapaz de longo esforço e tenaz trabalho? [...] já é tempo de se recolher ao gavetão onde se guardam os chavões inúteis, essa lenda toda da nossa incurável preguiça.¹⁹

Mas essa redenção era válida somente para as grandes cidades. Antes de ir para a gaveta, o chavão ainda seria esgrimido pelos autores que escreveram sobre as sociedades rurais e os grupos tradicionais. Aliás, mais que nunca, agora se abusaria da oposição *cidade industrial* / *campo indolente*, como se pode verificar facilmente nas obras de Euclides da Cunha, Graça Aranha e na figura-símbolo do Jeca Tatu de Monteiro Lobato. É nesse momento que se registra na consciência intelectual a idéia do desmembramento da comunidade brasileira em duas sociedades antagônicas e dessintonizadas, devendo uma inevitavelmente prevalecer sobre a outra, ou encontrarem um ponto de ajustamento.

Modelando-se essa sociedade, como seria de esperar, por um critério utilitário de relacionamento social, não é de admirar a condenação veemente a que ela submete também certos comportamentos tradicionais, que aparecem como desviados diante do

novo parâmetro, como a serenata e a boêmia. A reação contra a serenata é centrada no instrumento que a simboliza: o violão. Sendo por excelência o instrumento popular, o acompanhante indispensável das "modinhas" e presença constante nas rodas de estudantes boêmios, o violão passou a significar, por si só, um símbolo de vadiagem. Daí a imprensa incitar a perseguição política contra o seresteiro em particular e o violão em geral.²⁰ Quanto à boêmia, a própria transformação urbana — acabando com as pensões, restaurantes e confeitarias baratas do Centro — pôs fim à infra-estrutura que a sustinha. Só restaram as alternativas de um emprego no Centro ou a mudança para o subúrbio, "e essa coisa nojenta que os imbecis divinizaram, chamada boêmia acabou-se."²¹

Nessa luta contra os "velhos hábitos coloniais", os jornalistas expendiam suas energias contra os últimos focos que resistiram ao furacão do prefeito Passos, o "ditador" da Regeneração. Com a expulsão da população humilde da área central da cidade e a intensificação da taxa de crescimento urbano, desenvolveram-se as favelas, que em breve seriam o alvo predileto dos "regeneradores".²² As quais outras vítimas se juntarão: as barracas e quiosques varejistas; as carroças, carroções e carinhos-de-mão; os freges (restaurantes populares) e os cães vadios.²³ Campanha mais reveladora dos excessos inimagináveis a que levava esse estado de espírito foi a criação de uma lei de obrigatoriedade do uso de paletó e sapatos para todas as pessoas, sem distinção, no Município Neutro. O objetivo do regulamento era pôr "termo à vergonha e à imundície injustificáveis dos em mangas-de-camisã e descalços nas ruas da cidade".²⁴ O projeto de lei chegou a passar em segunda discussão no Conselho Municipal, e um cidadão, para o assombro dos mais céticos, chegou a ser preso "pelo crime de andar sem colarinho".²⁵

Não era de esperar, igualmente, que essa sociedade tivesse

tolerância para com as formas de cultura e religiosidade populares. Afinal, a luta contra a "caturrence", a "loença", o "atraso" e a "preguiça" era também uma luta contra as trevas e a "ignorância"; tratava-se da definitiva implantação do progresso e da civilização. Aparece, pois, como natural, a proibição das festas de malhação do judas e do bumba-meu-boi, os cerceamentos à festa da Glória e o combate policial a todas as formas de religiosidade popular: líderes messiânicos, curandeiros, feiticeiros etc.²⁶ As exprobrações às barraquinhas de São João no Rio vão de par, nas crônicas diárias, com os elogios aos cerceamentos à festa da Penha em São Paulo.²⁷ As autoridades zelam na perseguição aos candomblés, enquanto João Luso, nas crônicas dominicais do *Jornal do Comércio*, manifesta o seu desassossego com a popularização crescente desse culto, inclusive dentre as camadas urbanizadas.²⁸

O carnaval que se deseja é o da versão européia, com arlequins, pierrôs e colombinas de emoções comedidas, daí o vitupério contra os cordões, os batuques, as pastorinhas e as fantasias populares preferidas: de índio e de cobra viva.²⁹ As autoridades não demoraram a impor severas restrições às fantasias — principalmente de índio — e ao comportamento dos foliões — principalmente dos cordões.³⁰ Mesmo a forma de jogo popular mais difundida, o jogo do bicho, é proibida e perseguida, muito embora a sociabilidade das elites elegantes se fizesse em torno dos cassinos e do Jockey Club.³¹

O resultado mais concreto desse processo de aburguesamento intensivo da paisagem carioca foi a criação de um espaço público central na cidade, completamente remodelado, embelezado, ajardinado e europeizado, que se desejou garantir com exclusividade para o convívio dos "argentários". A demolição dos velhos casarões, a essa altura já quase todos transformados em pensões baratas, provocou uma verdadeira "crise de habitação",

conforme a expressão de Bilac, que elevou brutalmente os aluguéis, prósibando as classes populares todas para os subúrbios e para cima dos morros que circundam a cidade.³² Desencadeia-se simultaneamente pela imprensa uma campanha, que se prolonga por todo esse período, de "caça aos mendigos", visando a eliminação de esmoleres, pedintes, indigentes, ébrios, prostitutas e quaisquer outros grupos marginais das áreas centrais da cidade.³³ Há mesmo uma pressão para o confinamento de cerimônias populares tradicionais em áreas isoladas do Centro, para evitar o contato entre duas sociedades que ninguém admitia mais ver juntas, embora fossem uma e a mesma.³⁴

Por trás dessas recriminações, estava o anseio de reservar a porção mais central da cidade, ao redor da nova avenida, para a "concorrência elegante e *chic*", ou pelo menos modelar por esse padrão todos ou tudo que por ali passasse ou se instalasse.³⁵ As barracas e quiosques que exasperam público e cronistas são os que se localizam "no perímetro central da cidade".³⁶ As favelas que aterrorizam são as visíveis da Avenida Central.³⁷ Os fregues não inspiram náusea por si, mas sim por sua localização "em plena fisionomia da cidade".³⁸ Atentemos para o fato que desencadeia a facúndia colérica do cronista da *Fon-Fon*:

A população do Rio que, na sua quase unanimidade, felizmente ama o asseio e a compostura, espera ansiosa pela terminação desse hábito selvagem e abjeto que nos impunham as sovaqueiras suadas e apenas defendidas por uma simples camisa-de-meia rota e enojante de suja, pelo nariz do próximo e do vexame de uma súcia de cafajestes em pés no chão (sob o pretexto hipócrita de pobreza quando o calçado está hoje a 5\$ [cinco mil-réis] o par e há tamancos por todos os preços³⁹) pelas ruas mais centrais e limpas de uma grande cidade. Na Europa ninguém, absolutamente ninguém, tem a insolência e o despudor de vir para as ruas de Paris,

Berlim, de Roma, de Lisboa, etc., em pés no chão e desavergonhadamente em mangas de camisa.⁴⁰

A própria concepção de segurança pública se subordina a esse critério geográfico, atuando com prioridade "em pleno coração da cidade, dentro, portanto, dos limites em que a segurança é imprescindível".⁴¹

Há, aliás, um texto que esclarece com uma evidência didática a forma pela qual as transformações sociais e urbanas do Rio geravam uma consciência de divórcio profundo no seio da sociedade brasileira entre os grupos tradicionais e a burguesia citadina, cosmopolita e progressista. Trata-se das reflexões que o cronista do *Jornal do Comércio* efetua em torno de dois índios aculturados do interior de São Paulo, que vêm pedir proteção e auxílio ao governo federal.

Já se foi o tempo em que acolhíamos com uma certa simpatia esses parentes que vinham descalços e malvestidos, falar-nos de seus infortúnios e de suas brenhas. Então a cidade era desleigante, mal calçada e escura, e porque não possuíamos monumentos, o balouçar das palmeiras afagava a nossa vaidade. Recebíamos então sem grande constrangimento, no casarão, à sombra de nossas árvores, o gentio e os seus pesares, e lhes manifestávamos a nossa cordialidade fraternal [...] por clavinotes, facas de ponta, enxadas e colarinhos velhos. Agora porém a cidade mudou e nós mudamos com ela e por ela. Já não é a singela morada de pedras sob coqueiros; é o salão com tapetes ricos e grandes globos de luz elétrica. E por isso, quando o selvagem aparece, é como um parente que nos envergonha. Em vez de reparar nas mágoas do seu coração, olhamos com terror para a lama bravia dos seus pés. O nosso *snarismo* estragou a nossa fraternidade.⁴²

O texto narra a passagem de relações sociais do tipo senho-
rial para relações sociais do tipo burguês. É esse conflito essencial
que aflora na sociedade e nas consciências nesse momento, e que
os principais autores do período buscarão resolver, para bem ou
para mal, nas suas obras.

O mesmo autor prossegue narrando, com extrema fineza de
análise, um outro fato do mesmo gênero, de tal maneira revela-
dor sobre essa nova forma de intolerância social, que quase se
chega a sentir a sensação de dor física que ele utiliza metaforica-
mente para traduzir o seu desconforto. O texto é longo, mas o
seu conteúdo é por demais cristalino.

Lembro-me sempre, por mais que queira esquecer, a amargura, o
desespero com que pusemos os olhos rebrilhantes de orgulho na-
quele carro fatal, atulhado de caboclos, que a mão da providência
meteu em préstito por ocasião das festas do Congresso Pan-Ame-
ricano. A cabeleira da mata virgem daquela gente funesta ensom-
brou toda a nossa alegria. E não era para menos. Abriamos a nossa
casa para convidados da mais rara distinção e de todas as nações
da América. Recebíamos até norte-americanos! [...] Íamos mos-
trar-lhes a grandeza do nosso Progresso, na nossa grande Avenida
recém-aberta, na Avenida à beira-mar, não acabada, no Palácio
Monroe, uma tetéia de açúcar branco. No melhor da festa, como
se tivessem caído do céu ou subido do inferno eis os selvagens
medonhos, de incultas cabeleiras metidas até os ombros, metidos
com gente bem penteada, estragando a fidalguia das homenagens,
desmoralizando-nos perante o estrangeiro, destruindo com o seu
exotismo o nosso chiquismo.

Infelizmente não era mais tempo de providenciar, de tirar
aquela nódoa tupinambá da nossa correção parisiense, de esconder
aqueles caboclos importunos, de, ao menos, cortar-lhes o cabelo
(embora parecesse melhor a muita gente cortar-lhes a cabeça), de

atenuar com escova e perfumaria aquele escândalo de bugres me-
tedidos [...]. Não houve remédio senão aturar as feras, mas só Deus
sabe que força de vontade tivemos de empregar para sorrir ao Sr.
Root, responder em bom inglês ao seu inglês, vendo o nervoso
que nos sacudia a mão quando empunhávamos a taça dos brin-
des solenes e engolir, de modo que não revelasse aos nossos hós-
pedes que tínhamos índios atravessados na nossa garganta. Foram
dias de dor aqueles dias de glória. A figura do índio nos perseguia
com a tenacidade do remorso. A sua cara imóvel interpunha-se à
dos embaixadores e à nossa. As suas plumas verdes e amarelas que-
braram a uniformidade negra das casas. Broncas sílabas tupis
pingaram, enodoando o primor das línguas educadas.⁴³

Como vemos, ao contrário do período da Independência,
em que as elites buscavam uma identificação com os grupos na-
tivos, particularmente índios e mamelucos — era esse o tema do
indianismo —, e manifestavam “um desejo de ser brasileiros”, no
período estudado, essa relação se torna de oposição, e o que é
manifestado podemos dizer que é “um desejo de ser estrangei-
ros”.⁴⁴ O advento da República proclama sonoramente a vitória
do cosmopolitismo no Rio de Janeiro. O importante, na área cen-
tral da cidade, era estar em dia com os menores detalhes do co-
tidiano do Velho Mundo. E os navios europeus, principalmente
franceses, não traziam apenas os figurinos, o mobiliário e as rou-
pas, mas também as notícias sobre as peças e livros mais em
voga, as escolas filosóficas predominantes, o comportamento, o
lazer, as estéticas e até as doenças, tudo enfim que fosse consu-
mível por uma sociedade altamente urbanizada e sedenta de mo-
delos de prestígio.⁴⁵

Essa atitude cosmopolita desvaíra adentra por quase todo
esse período, exercendo placidamente a sua soberania sobre as
imaginações. Pelo menos até o fim da Primeira Guerra Mundial,
não há quem conteste a lei natural que fez de Paris “o coração do

coração do mundo".⁴⁶ Nada a estranhar, portanto, se para harmonizar com os pardais — símbolos de Paris — que o prefeito Passos importara para a cidade, se enchessem as novas praças e jardins com estátuas igualmente encomendadas na França ou eventualmente em outras capitais européias.⁴⁷ O auge desse comportamento mental cosmopolita coincidiria com o início da Grande Guerra — quando as pessoas na Avenida, ao se cruzarem, em lugar do convencional "boa-tarde" ou "boa-noite", trocavam um "Viva a França".⁴⁸

Por todo esse tempo e principalmente desde o início da Regeneração, a cidade do Rio de Janeiro recende a um forte aroma panglossiano, as crônicas da grande imprensa transbordam a embriaguez da felicidade, com loas "à satisfação geral, ao abarrotamento de satisfação que enche a cidade".⁴⁹ Ninguém oculta o seu otimismo, ninguém teme parecer frívolo: "Francamente, eu acho que a gente deve levar a vida a rir e a divertir-se".⁵⁰ Um cronista da *For-For* resumia com aguda perspicácia todo esse espírito num rápido comentário à nomenclatura dos estabelecimentos comerciais da recém-inaugurada Avenida Central:

Café Chic é genial! Junto ao Chic temos Rose — Maison Rose. Rose é o otimismo, é a satisfação de viver [...]. Chic e Rose — é a expressão do anseio da nova modernidade carioca [...]. Num desvão d'O País deparamos — *Trust* — tabuleta soberbamente expressiva. Recorda os milhões de Carnegie, de Vanderbilt: é uma tabuleta super-homem, fascina, atrai, empolga...⁵¹

Em pouco tempo e com a ajuda dos jornalistas e dos correspondentes em Paris, a burguesia carioca se adapta ao seu novo equipamento urbano, abandonando as varandas e os salões coloniais para expandir a sua sociabilidade pelas novas avenidas, praças, palácios e jardins. Com muita brevidade se instala uma roti-

na de hábitos elegantes ao longo de toda a cidade, que ocupava todos os dias e cada minuto desses personagens, provocando uma frenética agitação de carros, charretes e pedestres, como se todos quisessem estar em todos os lugares e desfrutar de todas as atrações urbanas ao mesmo tempo. Já o dia não bastava para tanta excitação; era necessário invadir a noite, a cuja fruição os novos lampiões a gás e as luminárias elétricas do comércio contribuíam.⁵²

A identificação com o novo modo de vida é tal que os seus beneficiários, encabeçados pelos jornalistas, procuram organizar-se para garantir a sua manutenção, exigir a sua extensão a todos os pontos mais distantes e mais recônditos da cidade e impedir retrocessos. Nesse sentido destaca-se o pioneirismo de Luís Edmundo, à frente da sua Liga contra o Feio, já em 1908, e Coelho Neto, liderando a Liga da Defesa Estética, em 1915. Sob esse e outros estímulos, a administração do dr. Paulo de Frontin fecha com chave de ouro o nosso período, intensificando a completa remodelação da cidade.⁵³

O que a continuidade permanente da Regeneração denuncia é a continuidade do próprio processo de aburguesamento da sociedade carioca, ressaltando o seu ritmo e a sua força. A felicidade que ela transpira é consciência satisfeita da "justa conquista".⁵⁴ É aos valores dessa carnada que ela dá substância, disseminando-os compulsoriamente a toda a sociedade, numa busca das consciências como complemento do novo espaço físico.⁵⁵ Mas um despendimento acompanha essa evolução: embora vitoriosa a nova moral, ela soterra em sua vertigem o paladar artístico apurado, os ideais éticos e mesmo a compostura discreta e cortês da elite que a precedera. Tudo é substituído pelo "gozo grosso" e desajeitadamente exibicionista dos novos figurantes — é o preço da vitória rápida.⁵⁶

A única tentativa de aprimoramento do gosto que parece

ter resultado é a que se refere à moda. O que é mais facilmente compreensível se tivermos em conta a formação de um mercado internacional de tecidos, roupas, modelos e de todo o arsenal de apetrechos femininos e masculinos da *Belle Époque*, que se baseava justamente na ecidagem, no hemisfério sul, dos excedentes dos estoques europeus ao fim das estações.⁵⁷

É nesse sentido que paralelamente às crônicas e figurinos franceses se destaca a atuação do figurinista Figueiredo Pimentel, na sua seção "O binóculo" da *Gazeta de Notícias*. Tido como o criador da crônica social no Rio, esse jornalista, que logo fez escola, tornou-se o eixo de toda a vida burguesa logo após a inauguração da Avenida. Propôs e incentivou a Batalha das Flores no Campo de Santana, o *five-o'clock tea*, os cursos do Botafoço e da Avenida Central, o *jockeying* do Flamengo, a Exposição Canina, a Mi-Carême e o Ladies' Club. Tornou as senhoras e senhoritas da alta sociedade carioca pelo menos tão conhecidas como os ministros de Estado, ajustadas todas ao padrão internacional de sensibilidade afetada das "melindrosas". Ditou tiranicamente a moda feminina e masculina do Rio no lustro que se seguiu à inauguração da Avenida, promovendo a disseminação do tipo acabado do janota cosmopolita: o *smart*. As expressões "o Rio civiliza-se" e a "ditadura do *smartismo*" são as marcas indeléveis da forte impressão que esse jornalista causou na organização da nova vida urbana e social da cidade.⁵⁸ A crônica social teria uma importância básica nesse período de riquezas movediças. Era a tentativa de dar uma ordem, pelo menos aparente, ao caos de arrivismos e aventureirismos, fixando posições, impondo barreiras, definindo limites e distribuindo tão parcimoniosamente quanto possível as glórias. Ela concorre para frear ou legitimar, pela hierarquia do pécúlio, o frenesi de "aristocratizações" *ex abrupto* que brotam como cogumelos pela sociedade republicana adentro.⁵⁹

Mas, como era de prever, a eficiência dessas crônicas como

um instrumento para a fixação de uma ordem social estável era bastante restrita. Nem poderia ser de outra forma em uma sociedade em que a estabilidade das posições dependia da mais volátil das formas de riqueza.⁶⁰ Daí a curiosa definição que essa sociedade recebeu da sabedoria popular:

A vida é um pau-de-sebo que escorrega
Tendo na ponta presa uma bolada.⁶¹

Muito poucos, contudo, se abstêm da escalada escorregadia. Uma vez que o objetivo e suas regalias são visíveis por todos e estão ao alcance de quaisquer mãos, a pressão pela conquista torna-se sufocante. As crônicas fervilham de censuras ao "rude materialismo", à "época de arrivismo", à "febre de vencer", à "brutalidade do nosso viver atual".⁶² As regras morais tradicionais perdem completamente o seu efeito inibidor sobre a cobiça e o egoísmo.⁶³ Surge a figura distinta, mas não muito edificante, do "ladrão em casaca".⁶⁴

Verifica-se a tendência à dissolução das formas tradicionais de solidariedade social, representadas pelas relações de grupos familiares, grupos clânicos, comunidades vicinais, relações de compadrio ou relações senhoriais de tutela.⁶⁵ As relações sociais passam a ser mediadas em condições de quase exclusividade pelos padrões econômicos e mercantis, compatíveis com a nova ordem da sociedade.⁶⁶ Por todo lado ecoam testemunhos amargos sobre a extinção dos sentimentos de solidariedade social e de conduta moral, ainda vivos nos últimos anos da sociedade senhorial do Império. A nova sociedade orienta-se por padrões muito diversos daqueles e mais chocantes.

O individualismo, levado aos exageros destruidores do egoísmo, enfraqueceu os laços de solidariedade... Infelizmente [...] a noção

de sacrifício se extingue com os progressos do individualismo revolucionário, cujo preceito supremo é o *cada um por si*.⁶⁷

O Rio de Janeiro é o cosmopolitismo, é a ambição de fortuna de todas as criaturas, talvez, de todas as nações da terra, cada qual querendo vencer e dominar pelo dinheiro e pelo luxo, de qualquer maneira e a qualquer preço.⁶⁸

Se a dissolução dos costumes que todos anunciavam como existente, há, antes dela houve a dissolução do sentimento, do imarcescível sentimento de solidariedade entre os homens.⁶⁹

A democracia de arrivistas que ocupa o espaço vazio deixado pela velha aristocracia e seu *éthos* não consegue, porém, instalar-se comodamente. O processo rápido e tumultuário por meio do qual se opera a sua ascensão provoca igualmente um anuviamento dos padrões de distinção social, que torna diluídas ou turvas as diferentes posições que cada qual ocupa na nova hierarquia da sociedade. É a época dos "enriquecimentos milagrosos", das "falsas fortunas", dos "caça-dotes", dos "especuladores" e dos "golpistas" de todo molde, que põem em alerta e angustiam os possuidores de capitais estáveis.⁷⁰

É também a época da democratização compulsória dos bondes, onde todos sentam-se nos mesmos bancos, e das modas leves de materiais comuns, ao alcance de qualquer bolso.⁷¹ Além do mais, é impossível impedir que o sentimento democrático extravase para as classes populares e até para os ex-escravos — os "libertos" —, que passam a exigir um tratamento em termos de igualdade, tornando ainda mais confuso o estabelecimento de distinções e a afirmação de uma autoridade por esse caminho.⁷²

A reação das classes conservadoras diante desse panorama inseguro e ameaçador se fará em dois sentidos. A tentativa — vitoriosa ao fim — de restabelecer uma titulação honorífica, dado

que a República extinguiu a antiga nobreza, e o estabelecimento de um verdadeiro culto da aparência exterior, com vistas a qualificar de antemão cada indivíduo.

Precisamos de comendadores. Restituí-nos os nossos comendadores, ó pais da pátria! Demais, que tratamento dar a um homem respeitável que não é doutor e nem honorário? Chamá-lo de cidadão é compará-lo a qualquer badameco. Chefe é gíria capoeiral. Amigo se diz até ao vendedor de bala. Precisamos de comendadores! Eles nos fazem falta...

No mesmo texto, mais adiante, conclui o cronista: "Pelo aspecto se conhece o estado de alma de muita gente, ou a sua profissão, ou as disposições atuais do seu espírito".⁷³

Aliás, a aparência elegante, *smart*, torna-se um requisito imprescindível — se acompanhada do título de doutor ou honoríficos correlatos, tanto melhor — para uma forma de parasitismo espúrio grandemente disseminado, verdadeiro peculato, às expensas do orçamento público: a *cavação*. Deixemos falar o cronista Jack (Jackson de Figueiredo):

Ninguém que se preza cava a miséria de 1000 réis; a *cavação* visa sempre *boladas* de contos, coisa que dá, pelo menos, para uma viagem à Europa ou a compra de uma casa. O mordedor antigo tinha qualquer coisa de humilde e comovedor. Os *cavadores* de hoje têm um curso completo de elegâncias e refinamentos maneirosos que os fazem parecer donos do mundo e de toda a gente que os cerca. Não precisa ter mérito, basta ter coragem... A *cavação* chegou com as avenidas e ruas largas e como as ruas largas e avenidas são eternas, a *cavação* parece que também se eternizará.⁷⁴

Os "cavadores", os "elegantes", os *smarts*, os "sofisticados", os "europeus" — os "encasacados e encartolados" de Lima Barreto,

enfim — tornam-se o símbolo imediato do arrivismo e da ambição irrefreada e bem-sucedida.⁷⁵ Vigora pleno o "Império do *smart*"; o homem símbolo dos três primeiros lustros do século, ideal vivo da consagração social e que provocaria o suspiro impressionado de Gonzaga de Sá: "Que influência maravilhosa, meu Deus! exerce a cassa sobre os nossos sentimentos!"⁷⁶

2. A REPÚBLICA DOS CONSELHEIROS

O novo regime do país, a capital reformada, o janota engalanado são todos símbolos correspondentes de um mesmo conteúdo e decorrências similares de um processo único. O apelo primeiramente para a reforma conforme o figurino europeu permeia todos os aspectos da vida urbana e era absoluto, pelo menos dentro as classes letradas. A Regeneração, portanto, tal como já vimos, não poderia ser considerada apenas a transformação da fígura urbana da cidade do Rio de Janeiro. Analisamos como ela nasce em função do porto e da circulação das mercadorias, como subentende o saneamento e a higienização do meio ambiente, como se estende pelos hábitos, costumes, abrangendo o próprio modo de vida e as idéias, e como organiza de modo particular todo o sistema de compreensão e comportamento dos agentes que a vivenciam.

Mas o seu aspecto material é mais vasto ainda, tanto no tempo quanto no espaço. Iniciada já, num certo sentido, com o Encilhamento, em 1891, mas a rigor com a inauguração da Avenida Central em 1904, ela se estende com o mesmo fôlego de remodelação urbanística, arquitetônica e social até o ano de 1920, quando sofre uma exacerbção frenética por ocasião da visita do rei Alberto, da Bélgica, ao Brasil.⁷⁷ Na sua dimensão espacial, ela envolve toda a transformação da cidade do Rio até a criação de

novos troncos ferroviários, ligando a capital ao Norte, Sul e Oeste da nação, e a reorganização da Marinha mercante. E ainda mais crucial, envolve a constituição da expedição encarregada de mapear e ligar telegraficamente todo o sertão interior com o centro administrativo do país e a modernização e reequipagem do Exército e da Marinha de Guerra, além de uma crescente complexidade de todo o organismo burocrático do Estado, ampliado-lhe o campo de ação e tornando mais efetiva a polarização de todo o território e população em função do Centro-Sul.⁷⁸

Uma fúria transformadora de tal intensidade e proporções supunha, é claro, uma sobrecarga de energia que extrapolava as raízes nacionais. Nem as mudanças sociais derivadas do novo regime traziam como lastro tais reservas de ânimo. Se quisermos portanto compreender a contento o grau, a natureza e o sentido dessas transformações, é preciso que nos voltemos para o espaço das relações intersociais. O fato que primeiro nos despertou a atenção aí foi sem dúvida a frequência com que elas ocorreram nesse mesmo período, por toda a parte ao longo do globo terrestre. Um foco de vigorosas mudanças e uma atividade econômica febril, centrados numa cidade e irradiados para todo o seu *Hinterland*, num único movimento convulsivo e irresistível, podia ser entrevisto com pequenas diferenças temporais e variações regionais, por exemplo, em Paris ou em Buenos Aires, Nápoles, Belo Horizonte, São Paulo, Manaus ou Belém.⁷⁹ A fonte desse processo de germinação simultânea de energias deve encontrar-se alhures, num núcleo de força que transmita equitativa e crescentemente os seus impulsos por toda a parte.

A mais recente historiografia da era contemporânea tem sido concorde em localizar esse núcleo na nova estrutura produtiva desenvolvida no Norte da Europa na segunda metade do século XIX. Aparecendo já como resultado do processo de ampliação da taxa de investimento de capital, a Revolução Tecnológica

ou Segunda Revolução Industrial, que se desenvolve em torno de 1870, impôs uma dinâmica de crescimento sem precedentes ao conjunto do processo produtivo da economia capitalista europeia, americana e japonesa.⁸⁰ Os historiadores voltados para o seu estudo são praticamente unânimes em apontar os traços fundamentais que a estruturaram. Estes seriam: um processo crucial de transformações tecnológicas que deu origem aos grandes complexos industriais típicos da economia de escala; o crescimento vertical (concentração e centralização) e horizontal (abrangência de todas as partes do mundo) do sistema capitalista; e a intervenção do Estado na determinação do ritmo, do alcance e do sentido do desenvolvimento econômico, bem como no controle dos seus efeitos sociais.

A decorrência dessa escala prodigiosa de crescimento seria a grande demanda de matérias-primas de origem animal, vegetal e mineral, destinadas quer ao processamento industrial, quer ao consumo dos grandes exércitos operários e burocráticos mantidos nas cidades, em torno das grandes unidades produtivas. Mas como o elevado montante da produção excedia a capacidade local de consumo, gerando uma situação crônica de superprodução que colocava em risco a estabilidade do sistema, criou-se igualmente no seu interior uma pressão contínua para a ampliação do mercado consumidor de produtos industrializados. Em ambos os casos, o crescimento da produção e o da demanda abriram caminho para o desdobramento espacial do sistema capitalista, que, baseado no implemento das técnicas de comunicação e transporte, estendeu sua ação por todo o mundo, minando e destruindo os impérios fechados e as economias pré ou não capitalistas à sua passagem.⁸¹

A imagem desse processo de mudança não seria completa, contudo, se não analisássemos o seu aspecto complementar que também se projeta para o além-mar. A Grande Depressão, inicia-

da em 1873 e prosseguindo até a última década do século XIX, caracterizou uma crise de superprodução de duração prolongada, instigada pelo rápido aumento do aparato produtivo em defasagem com um mercado de elasticidade gradual. Seu efeito mais imediato foi reforçar ao extremo o regime de concorrência, ao mesmo tempo que acentuou as tendências à concentração e à centralização do capital e a adoção de práticas neomercantilistas por algumas potências, restringindo ainda mais o mercado e corroboreando a crise. O grande número de falências tornou instável e incerto o mercado interno de investimento nas metrópoles capitalistas, provocando uma evasão das aplicações de capital, que se voltaram para o mercado exterior, onde contavam com a garantia do governo nacional ou dos governos das nações credoras.⁸²

Verificou-se pois, a partir de 1873, um verdadeiro *boom* de exportação de capitais europeus, voltados preferencialmente para as suas próprias regiões coloniais dotadas de administração local (como o Canadá, Índia e Austrália, no caso do Império Inglês) e para as regiões de passado colonial submetidas ainda à *indirect rule* das potências europeias (como é o caso predominantemente da América Latina). Os capitais destinavam-se sobretudo a empréstimos governamentais e à instalação de uma infra-estrutura de meios de comunicação e de transporte e de bens de capital destinados ao incremento das indústrias extrativas e ao beneficiamento de matérias-primas. Esse "novo imperialismo" dotava, assim, as regiões de baixa ou nenhuma capitalização do equipamento produtivo necessário para adaptar-se ao ritmo e ao volume da demanda europeia, bem como as predispunha a uma assimilação mais vultosa da produção industrial.⁸³

O efeito dessa expansão do mundo capitalista sobre as sociedades tradicionais foi dos mais pungentes. Seguiram-se a ela abalos sociais de proporções catastróficas, como o Levante Indiano de 1857-1858; o Levante Argelino de 1871; a Reforma Religiosa

de Al Afghani (1871-1879) e o Movimento Nacional Egípcio de 1879-1882; a Rebelião de Tai-Ping na China (1850-1866); a Guerra Civil Americana (1861-1865); a Restauração Meiji no Japão (1868) e a própria Guerra do Paraguai (1864-1870).⁴⁵ Esse processo de desestabilização das regiões periféricas ao desenvolvimento industrial consagrou a hegemonia europeia sobre todo o globo terrestre, que viu seus modos de vida, usos, costumes, formas de pensar, ver e agir sufocados pelos padrões burgueses europeus. Tende a realizar-se assim um processo de homogeneização das sociedades humanas plasmado pelas potências do Velho Mundo.⁴⁶

Hobsbawm, no seu estudo sobre esse processo, confere um destaque bastante especial para a América do Sul:

A América Latina, neste período sob estudo, tomou o caminho da "ocidentalização" na sua forma burguesa liberal com grande zelo e ocasionalmente grande brutalidade, de uma forma mais virtual que qualquer outra região do mundo, com exceção do Japão.⁴⁶

Se esse influxo iniciou-se em grande escala com a Guerra do Paraguai, já mencionada, assistimos ao desenlace de uma sequência de movimentos concatenados com ela e interligados entre si, que promoveram, num lance único, rápido e inexorável, a derrocada da estrutura senhorial do Império e a irrupção da jovem república de feições burguesas: a queda do Gabinete Zacarias (1868), o manifesto *Reforma ou revolução* (1868), o advento e a difusão do novo ideário democrático-científico europeu (Modernismo de 1870), a fundação do Partido Republicano (1870), a agitação abolicionista (1879-1888), a Abolição (1888), a República (1889) e o Encilhamento (1891).⁴⁷

A penetração do capital inglês no Brasil dá bem uma mostra do ímpeto com que as economias europeias se lançaram ao

pais, intensificando a taxa interna de capitalização numa escala impressionante. Se nos 31 anos entre 1829 e 1860 a Grã-Bretanha havia concedido ao governo brasileiro empréstimos no valor de £ 6 289 700, esse montante eleva-se para £ 37 407 300 nos 25 anos seguintes, de 1863 a 1888, para atingir a espantosa cifra de £ 112 774 433 nos 25 anos decorridos de 1889 a 1914.⁴⁸ A dotação do país de uma infra-estrutura técnica mais aperfeiçoada, representada pela instalação de grandes troncos ferroviários, a melhoria dos portos do Rio de Janeiro e de Santos, juntamente com o crescimento da demanda europeia de matérias-primas, deu um impulso vertiginoso no comércio externo brasileiro, aumentando grandemente as suas importações, pagas com os recursos das culturas agrícolas em pleno fâstio do café, cacau e borracha.⁴⁹ Os transportes fáceis e o crescimento econômico propiciaram uma verdadeira avalanche de colonos europeus ao país.⁵⁰ A sociedade senhorial do Império, letárgica e enterrada, mal pôde resistir à avidez de riquezas e progresso infinitos prometida pela nova ordem internacional; cedeu o lugar à jovem República, que, ato contínuo, se lançou à vertigem do Encilhamento e dos empréstimos externos.⁵¹

Desde então, a progressão da taxa de capitalização e a expansão dos recursos, principalmente através dos empréstimos sucessivos e generosos dos anos que antecederam a Guerra, fez-se numa cadência que chegava mesmo a surpreender e preocupar os próprios agentes insufladores desse processo.⁵² Mas o jogo internacional ostentava regras bem claras, e a primeira delas foi condensada didática e lapidarmente por Euclides da Cunha: "A desordem no seio da pátria é correlativa com a desconfiância do estrangeiro".⁵³ Ora, a tônica do cotidiano do novo regime, de forma intensa até 1898 e mais brandamente até 1905, foi a do convulso e da subversão. Os cronistas não se cansavam de expor o quanto essa situação era nefasta para a vida social e cultural da

cidade, e o seu papel negativo para o equilíbrio da taxa de câmbio e para a credibilidade do país no exterior.⁹⁴ O próprio Euclides envergou-se de que por causa dela os estrangeiros nos comparassem às "Repúblicas de Caudilhos" da América Hispânica.⁹⁵

Sob essas condições, é possível vislumbrar o feixe de injunções que concorre para a ascensão e predomínio de uma corrente conservadora na gestão política e econômica da nova República. A permanência do vínculo com os liames do crédito internacional e do vigor do seu fluxo de recursos diversificados de produção e consumo assentava-se na garantia da permanência inabalada dos requisitos da economia liberal, tais como definidos pela ortodoxia manchesteriana: instituições estáveis, segurança de expectativas, consistência de conduta, capital consolidado e facilidade de solvível.⁹⁶ Aquietado pois o ímpeto demolitório que volatizou os últimos resquícios da velha ordem, sob o frêmito fiduciário do Encilhamento e as vicissitudes militares da consolidação do novo regime, somente a restauração da imagem austera e confortavelmente conservadora herdada do Império poderia restabelecer as forças exauridas do Tesouro Nacional. É sobretudo sob esse signo que se instaura a República dos Conselheiros, esboçada já desde a gestão de Rodrigues Alves como ministro da Fazenda de Floriano e colimada integralmente pelos governos civis até a irrupção da Grande Guerra.

Lima Barreto a denominava "República Aristocrática" e, segundo José Veríssimo, ela derivava de dois atos correspondentes e espontâneos de conversão. Primeiro, a adesão dos monarquistas de todos os quadrantes ao novo regime vitorioso e, em seguida, a reversão dos republicanos militantes ao conservadorismo mais tacanho diante das agruras da fase de consolidação.⁹⁷ Esse o motivo também por que o autor do *Isaías Caminha* costumava evocá-la como "A República dos Camaleões". O fato é, pois, que todo o processo de recuperação das finanças e da imagem de es-

tabilidade fez-se sob a égide de uma elite vinda dos mais altos escalões da política e administração do Império. Homens como Rui Barbosa, Rio Branco, Rodrigues Alves, Afonso Pena, Joaquim Nabuco e Oliveira Lima praticamente polarizaram as duas primeiras décadas do século XX, imprimindo de forma indelével as características de seu pensamento político às estruturas do regime recém-instaurado. Os papéis nucleares dentro essa pléiade, não resta dúvida, couberam a Rodrigues Alves e Rio Branco. Se foi o primeiro quem desencadeou em ampla envergadura o que vimos caracterizando como o processo de "regeneração", coube ao segundo zelar pela sua unidade e inteireza ao longo dos três governos a que serviu e da legião de acólitos que legou às administrações posteriores.⁹⁸

Rodrigues Alves representou a mais harmoniosa e consistente articulação entre a tradição do Império, os interesses da cafeicultura paulista e a finança internacional.⁹⁹ Rio Branco, por seu turno, fechou esse círculo atraindo o grupo de intelectuais, que, agregados ao Ministério das Relações Exteriores, representaram a *intelligentsia* do novo regime, ao mesmo tempo que consolidou toda a substância da política interna de Rodrigues Alves, mediante sua integração funcional no sistema internacional de forças políticas.¹⁰⁰ Por meio de sua atuação no Congresso Internacional de Haia e do endosso à Doutrina Drago, o objetivo do Itamaraty era garantir a identidade jurídica e salvaguardar os direitos das nações, independentemente de suas disparidades econômicas. Política que asseguraria a credibilidade, a estabilidade e a solvência pacífica dos compromissos nacionais numa época de colonialismos e imperialismos implacáveis. Como caução desses arranjos formais, o complemento suasório de uma aliança militar tácita no subcontinente — o pacto ABC, entre Argentina, Brasil e Chile — e a parceria de uma potência temível — os EUA — tudo complementemente diluído na prática pertinaz do pan-americanismo.

O que se notava na atuação dos primeiros presidentes civis e paulistas, bem como de todo o seu círculo político-administrativo, era o evidente esforço para forjar um Estado-nação moderno no Brasil, eficaz em todas as suas múltiplas atribuições diante das novas vicissitudes históricas, como seus modelos europeus.¹⁰¹ Conforme temos visto, as formas das relações que se estabeleceram entre as nações periféricas ao desenvolvimento industrial e os centros econômicos europeus, modeladas pela *indirect rule* do novo imperialismo, foram de natureza a dissolver-lhes as peculiaridades arcaicas e harmonizá-las com um padrão de homogeneidade internacional sintonizado com os modelos das matrizes do Velho Mundo. Nada mais compreensível, portanto, que essa corrente de influxos transformadores convergissem também para o campo das instituições políticas.

É nesse sentido que apreciamos o vigor, a veemência e a constância com que estadistas, intelectuais, homens públicos e homens de imprensa clamavam por uma ampliação da atuação inclusiva do Estado sobre a sociedade e o território, e, paralelamente, por uma articulação mais eficiente e integrada das forças sociais em função da gestão pública.¹⁰² Não é difícil perceber a norma que os publicistas perseguem no "exemplo dado ao mundo inteiro pela grande nação da Mancha, apresentando-lhe o espetáculo grandiosamente único da máxima prosperidade à sombra da máxima liberdade".¹⁰³ Não se tratava, evidentemente, de imitação, assim como não o foram as transformações econômicas e sociais; mas de encontrar uma fórmula de adaptação e estabilidade a uma crise de crescimento única, cujo foco de origem se encontrava justamente nas nações que já haviam fundado as instituições, se não adequadas a ela, pelo menos capazes de enfrentá-la.

Assim, com os estadistas e homens públicos instando pela instituição de um Estado-nação brasileiro, apreciamos de fato um desenvolvimento inédito na presença e na atividade do po-

der público central do país. Igualmente aqui esse desdobramento pode ser detectado pela ampliação da burocracia estatal e pela multiplicação dos campos de ingerência do governo. Da mesma forma, nota-se que a atuação do poder central volta-se com primazia para a manipulação estabilizadora da opinião pública; o alargamento progressivo do controle centralizador sobre a massa territorial; o desenvolvimento de uma atuação benéficante e tutelar sobre os grupos urbanos, capaz de amenizar os conflitos sociais e a ampliação e o reforço das forças marítimas e terrestres.¹⁰⁴ Como se vê, procurava-se aplicar a mesma receita para males assemelhados e derivados.

O curioso a se reparar nessa evolução, entretanto, era o prestígio quase feticista de que gozavam as instituições liberais, distinguidas como o próprio corpo e espírito do cenário cosmopolita mundial montado nesse período. Resultado sem dúvida de uma nova síntese restauradora da corrente de pensamento que nutria todo o processo de remodelação das sociedades europeias no século XIX, e que agora, chegado ao seu fim, via-se revigorada pela aura da ciência e do progresso material, assomando como o próprio amálgama promissor da máxima racionalidade, fartura, paz e felicidade possíveis.¹⁰⁵ A concorrência entre a elite política paulista e a vanguarda republicana positivista e militar representava bem o confronto entre uma tendência acentuadamente liberal, apontada para a esfera internacional do cosmopolitismo progressista, e outra, marcada pelos estigmas da intolerância, da frugalidade e do isolamento, quer sob a forma da "ditadura positivista" ou do "caudilhismo latino".

Cabe lembrar que mesmo a militância republicana paulista fez-se sempre pela linha do mais amplo, declarado e rigoroso apego aos postulados do liberalismo clássico.¹⁰⁶ Eis por que um dos monarquistas mais eminentes não hesitaria em enaltecer diante dos seus confrades o primeiro presidente civil, o paulista Pruden-

te de Moraes, republicano militante mas revestido daquela "educação liberal que se dava nas nossas Faculdades de Direito no tempo do Império".¹⁰⁷ Esses fatos esclarecem por que o predomínio paulista trouxe consigo a gestação da República dos Conselheiros.

Houve contudo sutilezas na instalação dessa república tão peculiar. Se para um republicano doutrinário como Alberto Sales, que desenvolveu praticamente toda sua atividade na oposição política ao tempo do Império, a simples derrubada do arcabouço monárquico representaria a imediata consagração ideal e prática do liberalismo no seu meio natural — a República —, tal não se deu com seus seguidores, que acompanharam a proclamação do novo regime. O desfile equestre de Deodoro pelo centro da cidade do Rio de Janeiro não dissolveu por si só a estrutura "fossilizada" da sociedade imperial. Homens de ação por excelência, a elite republicana paulista — históricos e adesistas — não se deixaria prostrar pela modorra ambiente. Dispondo de um indiscutível domínio sobre o aparato governamental desde 1894, esses estadistas desenvolveriam um singular processo de transformação do Estado num instrumento efetivo para a cons tituição de uma ordem liberal no país, forma ousada de inspirar um arejamento do ambiente nacional de cima para baixo, já que o inverso não se revelara possível. Forma ousada e conspurcada pela própria natureza da sua origem.

Foi essa prática excêntrica que circunscreveu os atos mais decisivos dos primeiros governos civis, e através do seu conjunto pode-se recuperar toda a envergadura do projeto que os orientou. O processo de pacificação das lutas intestinas e o saneamento da crise financeira — internamente quanto às distorções do Encilhamento e externamente pela renegociação da dívida — recuperou o verniz da credibilidade e não só restaurou, como ainda ampliou os nexos com a rede cosmopolita. A "política dos go-

vernadores", ao diluir as tensões permanentes das "vinte tiranias", impôs também um controle central efetivo e estabilizador sobre o conjunto do território, garantindo os fluxos de recursos para o exterior e interior do país. Seguiu-se-lhe um esforço de neutralização política a partir do núcleo governamental do país, que, ao consumir as oposições organizadas — jacobinos, monarquistas, o Partido Republicano Federal (prf) —, elevou o republicanismo conservador e difuso, sem tonalidade partidária, a ideal máximo da elite do Estado. Resultou daí a formação de um núcleo monolítico e pretendidamente despolitizado, comprometido somente com uma gestão eficiente, pacífica e estabilizadora, capaz de garantir o chão firme em que as forças livres e as energias individuais se aplicassem ao máximo proveito próprio e comum.

Na voz de um dos mentores desse estilo de governo: "Não venho servir a um partido político: venho servir ao Brasil, que todos desejamos ver unido, íntegro, forte e respeitado".¹⁰⁸

Seria esse núcleo assim composto que articularia por fim o processo amplo, inclusivo, permanente e centralizado que seria denominado de Regeneração Nacional, sincronizado com o saneamento médico e a higienização das cidades. Mesmo quando a partir de 1906 se inicia uma prática especulativa manifestamente antiliberal, graças ao Convênio de Taubaté e ao intervencionismo no comércio cafeeiro — prática instigada, aliás, pela dissidência paulista em cooptação com a política mineira e as oligarquias tolhidas —, ninguém se esqueceria de justificá-la a partir de premissas as mais legítimas da doutrina liberal: a teoria das vantagens naturais, haurida da *Riqueza das nações*.¹⁰⁹ Liberalismo, a rigor, não havia; ao contrário, a garantia de um tal arranjo era o predomínio solidário e a ação coordenada das oligarquias.¹¹⁰ Mas estavam salvas as aparências e o crédito europeu já nos adulava. Superados os óbices mais salientes, estava definitivamente fundado o Estado-nação moderno no Brasil, ao menos

tal como era entendido e aceito na linguagem diplomática internacional.

Vai entretanto uma distância muito grande entre as potencialidades da realidade européia e as da brasileira. O próprio modo de vinculação das elites brasileiras ao sistema econômico internacional esclarece sobre os limites impostos ao desenvolvimento de uma economia e uma sociedade assemelhadas às européias no Brasil e, por corolário, de um Estado-nação moderno. O volume do afluxo de capital estrangeiro capaz de proporcionar um maior impulso à economia tendia em grande parte a ser dissipado em gastos não produtivos. De qualquer forma, sua própria presença concorria para asfixiar a poupança interna, ao mesmo tempo que era sintomática da precariedade e da pequena significação da estrutura financeira nacional. Por sua vez, o desenvolvimento de práticas de cartelização e trustização na Europa, com a formação de grandes complexos monopolistas, a par com a adoção de medidas neocolonialistas, não só extinguíram na fonte qualquer pretensão de um parceiro econômico menor ou retardatário, como arremetiam em seu interior, concorrendo ferozmente na captação de seus limitados recursos. No fundo, os termos últimos da situação repousavam na forma da divisão internacional artificial do trabalho, mantida pela permanência de uma estrutura histórica herdada do período mercantilista. Situação que aproveitava aos interesses europeus e que Disraeli resumiu brilhantemente na fórmula lapidária *Imperium et Libertas*, em que reconhecia que a manutenção da *direct* e *indirect rule* ao Novo Mundo era a condição precípua da existência das democracias européias.¹¹

De fato, apesar do crescimento econômico global no Brasil, a participação social no sistema produtivo e na absorção dos recursos gerados era muito limitada. Assim como muito limitada e até decrescente era a participação política. As elites agrárias, beneficiárias e procedentes da tradicional divisão internacional ar-

tificial do trabalho, constituíam um sistema oligárquico semifeudal, que, de conformidade com círculos plutocráticos urbanos, monopolizavam os postos diretivos e as atividades mais rendosas. As oportunidades restritas que o crescimento do sistema oferecia eram alvo de uma rude concorrência pelas amplas camadas urbanizadas, reforçando comportamentos agressivos e desesperados de preconceitos e discriminação. O controle pelo Estado da maioria quase absoluta dos cargos técnicos e de múltiplos postos proveitosos estimulava o patrimonialismo, o nepotismo, o clientelismo e toda forma de submissão e dependência pessoal, desde seu foco central no Distrito Federal até aos mais recônditos consos da nação. Nesse sentido, e ao contrário da lógica liberal progressista européia, a real habilitação técnica e o verdadeiro talento eram antes empecilhos do que premissas para o sucesso pessoal.¹²

Esses mesmos limites determinaram as fronteiras estreitas em que sobrenadava o que se pretendia o Estado-nação brasileiro. A dissipação improdutiva de grande proporção do capital importado tornava virtualmente inefetivo o alcance social da atuação do Estado. As prioridades equívocas da suntuosidade urbana entavavam a extensão territorial da gestão governamental. A dimensão ciclópica das forças armadas européias tornava irrisórias as despesas militares nacionais (com o sentido de concorrência entre potências). O analfabetismo quase absoluto da população reduziria a fumaça as pretensões de manipulação da opinião pública. Ao fim, resultava que a pretendida composição de um Estado-nação moderno no Rio de Janeiro só se tornava viável por meio da sustentação, por cooptação, proporcionada pelas estruturas e forças sociais e políticas tradicionais do interior do país (coronelismo, capangismo, voto de cabresto, voto de bico-de-pena etc.), mais do que nunca interessadas em tirar partido do volume de riquezas e oportunidades condensadas pelo governo cen-

tral. O aspirado estabelecimento do regime do progresso e da racionalidade seguia, assim, numa marcha arrastada e entorpecida pela ação corruptora da estagnação e da irracionalidade.¹³

3. O INFERNO SOCIAL

À sombra desse jogo imponente de aparências e sortilégios, uma nova realidade surda e contundente ganhava corpo de forma tumultuária. A Abolição e a crise da economia cafeeira que se lhe seguiu — que significou o golpe de misericórdia aplicado na grande lavoura do Vale do Paraíba carioca — desencadeou uma enorme mobilização (85 547 pessoas) da massa humana outrora presa àquela atividade e que em boa parte iria afluir para a cidade do Rio, fundindo-se ali com o já volumoso contingente de escravos recém-libertados, que em 1872 chegara a constituir 18% (48 939 pessoas) da população total da capital do Império. Vêm somar-se a essa multidão os sucessivos magotes de estrangeiros, que a previdência dos proprietários pressagiosos da Abolição e as vicissitudes européias arrastaram vacilantes para o porto do Rio, os quais somaram 70 298 pessoas de 1890 a 1900 e 88 590 de 1900 a 1920, perfazendo um total de 158 888 imigrantes de 1890 a 1920. A própria especulação fiduciária que se seguiu à instauração da República atuou como um catalisador populacional, atraindo aventureiros e mão-de-obra desocupada de toda parte, conforme o testemunho do visconde de Taunay, referindo-se à “febre de pretendido industrialismo, que avassalou o Rio de Janeiro, fazendo acudir a essa cidade gente de toda parte, quer das antigas províncias, quer de fora do país.”¹⁴

Assim, a maior cidade brasileira via a sua população no período de 1890 a 1900 passar de 522 651 habitantes para 691 565, numa escala impressionante de 32,3% de crescimento (2,84% ao ano!). Mas o mais notável é que esse próprio ritmo extraordiná-

rio de crescimento se manteve firme nos anos que se sucedem, de 1900 a 1920, com a população do Distrito Federal passando de 691 565 para 1 157 873 habitantes, realizando um crescimento de 67,4% em vinte anos, numa média anual de 2,61%. Fato que levava nossos propagandistas em Paris a comentar orgulhosos:

A l'exception de New York et Chicago, dont l'évolution assume des proportions étonnantes, peu de centres urbains de l'ancien et du nouveau continent présentent un phénomène identique a celui de la capitale du Brésil.¹⁵

Números fenomenais, é certo, mas que ocultavam uma situação trágica no seu interior.

O plano geral da cidade, de relevo acidentado e repleto de áreas pantanosas, constituía obstáculo permanente à edificação de prédios e residências, que desde pelo menos 1882 não acompanhavam a demanda sempre crescente dos habitantes. A insalubridade da capital, foco endêmico da varíola, tuberculose, malária, febre tifóide, lepra, escarlatina e sobretudo da terrível febre amarela, já era tristemente lendária nos tempos áureos do Segundo Reinado, sendo o Rio de Janeiro cantado por Ferdinand Schmidt, um poeta sulço, como “a terra da morte diária, / Túmulo insaciável do estrangeiro.”¹⁶ O abastecimento de carnes e gêneros, que era bastante precário desde antes desse quadro de imigração tumultuária, seria terrivelmente agravado por ele, em vista da ausência de uma adequada estrutura agrária de produção, estoques e distribuição em torno da cidade e no próprio estado do Rio de Janeiro. Por fim, como é fácil perceber, a oferta abundante de mão-de-obra excedia largamente a demanda do mercado, aviltando os salários e operando com uma elevada taxa de desemprego crônico. Carência de moradias e alojamentos, falta de condições sanitárias, moléstias (alto índice de mortalidade), carestia, fome, bai-

nos salários, desemprego, miséria: eis os frutos mais acres desse crescimento fabuloso e que cabia à parte maior e mais humilde da população provar.¹⁷

Para tornar mais nebuloso esse cenário, conplotou a série de crises econômicas conjunturais que se sucedem a partir de 1888, com a depressão da economia cafeeira, aliada aos gastos vultosos das campanhas militares empreendidas no processo de consolidação do regime, até 1897. Seguem-se-lhes a crise bancária de 1900 e a grande crise industrial-comercial de 1905 a 1906. Esta última, aliada às transformações urbanas desse período, assestou um golpe afiçado na população assalariada de mais baixa renda, determinando simultaneamente uma grave elevação dos custos de alimentação e consumo diário e provocando uma elevação geral dos alugueis. Ao mesmo tempo, forçava as camadas humildes a deslocar-se para os bairros mais distantes dos subúrbios, agravando-as também com os custos adicionais de transporte.¹⁸ Por trás de todo esse panorama sombrio, pairavam ainda as medidas de saneamento financeiro, desencadeadas pela administração Campos Sales, e que implicavam principalmente a retração do meio circulante, a contenção de gastos públicos, a dispensa de funcionários federais e a criação de impostos de consumo: tudo convergindo para a inflação de preços e para as práticas especulativas no mercado de gêneros e bens de consumo.¹⁹

Situação que significaria um acréscimo intolerável ao regime já por demais opressivo que pesava sobre os grupos operários: "Não há cidade no mundo em que o trabalho dos operários seja mais prolongado e árduo que no Rio de Janeiro", afirmaria um jornalista condóido. Isso levaria a crônica a prognosticar a partir desse sintoma um cataclisma iminente no interior da sociedade carioca, "uma pavorosa tempestade que ruga surdamente nas mais profundas camadas sociais".²⁰ Surgiram daí os primeiros estímulos para as organizações populares e operárias, que se dedicavam a pressionar o governo central, através de *meetings* (sem-

pre no Largo de São Francisco) e comissões, e os industriais, atraídos de greves. Surgiram os primeiros Centros e Associações de Resistência, preconizando a ação sindical, formando-se paralelamente os primeiros partidos operários. Dezesete movimentos de natureza grevista irromperam entre 1889 e 1906, demonstrando a já elevada capacidade de articulação e mobilização desses núcleos, sobretudo durante a grande greve de 1903, envolvendo cerca de uma dezena de categorias profissionais.²¹ Mas nos momentos de maior contumélia da crise social e econômica, a tendência da população humilde em geral era a de explodir em motins urbanos comumente espontâneos e desordenados, como a Revolta do Selo (1898) e a assuada popular que se seguiu à transmissão do cargo por Campos Sales (1902): ambas já anunciavam o futuro estilo dos "quebra-lâmpioes" de 1904 em diante.²²

O clamor era unânime: "tudo aumenta de preço"; tratava-se da "crueldade da vida cara", em que "um trabalho insano é insuficiente por mais, bem remunerado que seja, para prover as mais palpantes necessidades do estômago e do conforto". A tensão social aguda provoca mesmo a emergência de atos mais arrojosos e concretos de beneficência, como o do Centro União Espírita do Brasil, que constituiu uma "comissão protetora dos pobres", que se dispôs a distribuir gratuitamente o "Pão de Jesus".²³ Mesmo um conservador como Taunay se alarmava com a situação crítica e potencialmente explosiva da sociedade carioca, a que se demonstravam aparentemente insensíveis as autoridades.

Oh! o salário minimol... Que importa a miséria daqueles que não o podem aceitar? Que importa a desgraça das famílias operárias, dos concidadãos, o pai sem trabalho, a mãe avassalada por tremendos tranques, os filhinhos sem pão, sem roupa?... Que importa o ódio dos chefes pobres, o desejo de revindita, o influxo das más paixões, superexcitadas pelo desespero?²⁴

Situação que se estendia, aliás, também ao pequeno-funcionalismo, que constituía então o maior mercado de emprego do Rio. São constantes as invectivas contra o "estado de verdadeira miséria em que vivem os funcionários públicos de categoria subalterna", que "ganham somente o suficiente para não morrer de fome. É hoje a classe mais pobre e mais necessitada do Brasil". Era enfim a imagem da "miséria de sobrecasaca e gravata" que vinha se somar à dos "bandos de pés descalços" que povoavam os bairros pobres.¹²⁵

E como eram esses bairros pobres do subúrbio? Lima Barreto os descreve com excepcional concretude:

Há casas, casinhas, casebres, barracões, choças por toda a parte onde se possa fincar quatro estacas de pau e uni-las por paredes duvidosas. Todo o material para essas construções serve: são latas de fósforos distendidas, telhas velhas, folhas de zinco, e, para as nervuras das paredes de taipa, o bambu, que não é barato. Há verdadeiros aldeamentos dessas barracas, nas covas dos morros, que as árvores e os bambuais escondem aos olhos dos transeuntes. Nelas há quase sempre uma bica para todos os habitantes e nenhuma espécie de esgoto. Toda essa população pobríssima vive sob a ameaça constante da varíola e, quando ela dá para aquelas bandas, é um verdadeiro flagelo.¹²⁶

E quando não era sequer possível a providência dos barracões, restava o recurso às "casas de cómodos" — antigos casarões afastados do centro e agora transformados em pardieiros diante da imensa demanda por alojamentos e dos altos alugueis cobrados. Lima Barreto também nos descreve um desses estabelecimentos localizado no Rio Comprido:

Atualmente, os dois andares do antigo palacete que ela fora, estavam divididos em duas ou três dezenas de quartos, onde moravam

mais de cinquenta pessoas. [...] Num cómodo (em alguns) moravam às vezes famílias inteiras.¹²⁷

Mas era na "cidade", no "centro" que toda essa multidão ia disputar a sobrevivência já nos primeiros albores da manhã.

Nessas horas as estações se enchem, e os trens descem cheios. Mais cheios, porém, descem os que vêm do limite do Distrito [Federal] com o estado do Rio. Esses são os expressos. Há gente por toda a parte. O interior dos carros está apinhado e os vãos entre eles como que trazem a metade da lotação de um deles. Muitos viajam com um pé num carro e o outro no imediato, agarrando-se com as mãos às grades das plataformas. Outros descem para a cidade sentados na escada de acesso para o interior do vagão; e alguns, mais ousados, dependurados no corrimão de ferro, com um único pé no estribo do veículo.¹²⁸

Era aí nesse "centro" que as agruras da população humilde chegavam ao extremo. Se, em 1906, a densidade demográfica do subúrbio chegava a 191 habitantes por quilômetro quadrado, na zona urbana ela atingia 3928 pessoas por quilômetro quadrado, dando plena substância à expressão "infernos sociais" com que Alcindo Guanabara, parafraseando Tolstói, procurava caracterizar as zonas de maior concentração popular. Nesses núcleos é que se localizavam as habitações coletivas, precárias, insalubres e superpovoadas, já estigmatizadas por Aluísio Azevedo no seu *O cortiço* em 1890.¹²⁹

Efeito drástico da imigração contingente e alvorotada, essa situação foi agravada particularmente pelas demolições conduzidas pelo governo do Distrito Federal para as obras da reforma do porto e construção do cais, iniciadas a partir de 1892. Data daí o início da febre demolitória na área central, que culminaria

com a Regeneração de 1904 e seria sempre acompanhada da especulação imobiliária particular, ambas visando invariavelmente os grandes casarões da zona central da cidade, que abrigavam a maior parte da população modesta do Rio.¹³⁰ É a partir de então que começam a pulular os "infernais pandemônios que são as hospedarias e as casas de cómodos", em que predominava "uma revoltante promiscuidade, dormindo freqüentemente em um só leito ou em uma só esteira toda uma família".¹³¹ Toda a multidão assim deslocada é empurrada para as fimbrias da cidade, as zonas mais estreitas, de aspecto ruinoso e estagnado, o resíduo sombrio do período colonial:

aqueles velhos becos imundos que se originam na Rua da Misericórdia e vão morrer na Rua Dom Manuel e Largo do Moura [...] aquela vetusta parte da cidade, hoje povoada de lóbreas hospedarias [...]. Os botequins e tascas estavam povoados do que há de mais sórdido na nossa população [...]. Escondiam, na sombra daqueles sobrados, nos fundos caliginosos das sórdidas tavernas daquele tristonho quarteirão, a sua miséria, o seu Opróbrio, a sua infinita infelicidade de deserdados de tudo nesse mundo.¹³²

A mesma cena é descrita na linguagem crua de João do Rio:

Estávamos no Beco dos Ferreiros, uma ruela de cinco palmos de largura, com casas de dois andares, velhas e a cair. A população desse beco mora em magotes em cada quarto [...]. Há portas de hospedarias sempre fechadas, linhas de fachadas tombando, e a miséria besunta de sujo e de gordura as antigas pinturas. Um cheiro nauseabundo paira nessa ruela desconhecida.¹³³

Um pouco por toda parte espalhavam-se as "casas particulares, em que moram vinte e mais pessoas". Mas o aspecto extre-

mo dessa agonia social estava reservado para os "zungas", as hospedarias baratas. João do Rio descreve uma visita em plena noite em companhia de autoridades; acompanhemos a descrição dos três andares.

E começamos a ver o rés-do-chão, salas com camas enfileiradas como nos quartéis, tarimbos com lençóis encardidos, em que dormiam de beijo aberto, babando, marinheiros, soldados, trabalhadores de face barbada. Uns cobriam-se até o pescoço. Outros espapaçavam-se completamente nus.

O segundo e o terceiro andares:

Trepamos todos por uma escada íngreme. O mau cheiro aumentava. Parecia que o ar rareava, e, parando um instante, ouvimos a respiração de todo aquele mundo como o afastado resfolegar de uma grande máquina. Era a seção dos quartos reservados e a sala das esteiras. Os quartos estreitos, asfixiantes, com camas largas antigas e lençóis por onde corriam perceijos. A respiração tornava-se difícil.

Quando as camas rangiam muito e custavam a abrir, o agente mais forte empurrava a porta, e, à luz da vela, encontrávamos quatro e cinco criaturas, emborçadas, suando, de língua de fora; homens furiosos, cobrindo com o lençol a nudez, mulheres tapando o rosto, marinheiros "que haviam perdido o bote", um mundo vário e sombrio, gargolejando desculpas, com a garganta seca. Alguns desses quartos, as dormidas de luxo, tinham entrada pela sala das esteiras, em que se dorme por 800 réis, e essas quatro paredes impressionavam como um pesadelo.

Completamente nua, a sala podia conter trinta pessoas, à vontade, e tinha pelo menos oitenta nas velhas esteiras, atiradas ao assoalho [...].

Havia com efeito mais um andar, mas quase não se podia lá chegar, estando a escada cheia de corpos, gente enfiada em trapos, que se estirava nos degraus, gente que se agarrava aos balaústres do corrimão — mulheres receosas da promiscuidade, de saias enrolilhadas. Os agentes abriam caminho, acordando a canalha com a ponta dos cacetes. Eu tapava o nariz. A atmosfera sufocava. Mais um pavimento e arrebrandaríamos. Parecia que todas as respirações subiam, envenenando as escadas, e o cheiro, o fedor, um fedor fulminante, impregnava-se nas nossas próprias mãos, desprendia-se das paredes, do assoalho carcomido, do teto, dos corpos sem limpeza. Em cima, então, era a vertigem. A sala estava cheia. Já não havia divisões, tabiques, não se podia andar sem esmagar um corpo vivo. A metade daquele gado humano trabalhava; rebentava nas descargas dos vapores, enchendo paióis de carvão, carregando fardos. Mais uma hora e acordaria para esperar no cais os batelões que a levasse ao cepo do labor, em que empedra o cérebro e rebenta os músculos.

Grande parte desses pobres entes fora atirada ali, no esconderijo daquele covil, pela falta de fortuna. Para se livrar da polícia, dormiam sem ar, sufocados, na mais repugnante promiscuidade. [...] Desci. Dofam-me as témporas. Era impossível o cheiro de todo aquele entulho humano.¹⁴

Mas, talvez, nem sequer fosse essa a pior fortuna. Aqueles que não dispunham nem mesmo do necessário para pagar as mínguas das estadias dos “zungas” refugiavam-se nos morros que cercam a cidade, terras públicas inabitadas, por inseguros para qualquer arquitetura, e para onde acorriam os mais infelizes. Já em 1900 Alcindo Guanabara vituperava essas aglomerações lembrando a seus colegas o destino que se reservou a essa parcela da população:

quando os despojam os seus mesmos tugúrios, que substituímos pelos palácios que nos envaidecem, esquecidos de que os miseráveis, expulsos à força, abrigavam-se nos casebres de caixas de querosene e folhas-de-flandres nos cumes dos morros, ou de sapê e barro cru ao longo das linhas férreas.

E prossegue em tom exaltado, enfatizando que:

não se trata aqui só de operários: trata-se da grande, da enorme maioria da população, acumulada em casas que não merecem esse nome, habitando vinte pessoas onde não cabem quatro, definhando-se, estiolando-se, gerando uma raça de raquíticos, inutilizando-se para o trabalho, morrendo na idade útil.¹⁵

Bilac quis atestar de perto esse cenário confrangedor:

ainda há poucos dias, fui ao Morro de Santo Antônio [...] e vi lá em cima tantos e tão ignóbeis, pardieiros, e as ruas tão cheias de cisco e de gatos mortos e de porcos vivos.¹⁶

O dr. Carlos Seidl, diretor da Saúde Pública do Distrito Federal, era porém menos sutil na descrição do panorama desolado dos morros:

hediondamente enxertados de barracões toscos e casebres de horrível aspecto, fétidos, repelentes, abrigando moradores de ambos os sexos, numa inteira promiscuidade, sem água, sem esgotos.

E apresenta números chocantes:

Só o Morro da Favela tem 219 habitações desse gênero; o de Santo Antônio, 450, vivendo em ambos uma população de perto de

5 000 almas. Em sete distritos sanitários urbanos contaram os meus auxiliares 2 564 barracões com 13 601 habitantes.

Conclui a exposição com uma nota impressionante: "Em outro distrito desta cidade, no 8º, existem antigas cocheiras de Prado de corridas transformadas em habitações humanas".

Prevenindo-se contra o ceticismo que um relato tão alarmante poderia despertar no público, o dr. Seidl se apressa em acrescentar: "Possuímos fotografias que atestam não haver exagero na surpresa que este caso inspira".¹³⁷

Sugerindo com sua ironia áspere uma pretensa solução para essa situação, Bilac ressaltava bem a magnitude do problema:

Se ao menos toda essa gente pudesse morar ao ar livre, sob o teto piedoso do céu, sob o pálio misericordioso das estrelas [...]. Transformar-se-iam a Av. Central, a Av. Beira-Mar, o Campo de São Cristóvão, o Parque da República, os terrenos acrescidos do Mangue, o Largo do Paço, a Copacabana, a Tijuca, em imensos caravancas descobertos, em vastos acampamentos, onde os que não podem pagar 1 conto de réis mensalmente por uma casa ficassem dormindo ao serenô.

Era bem a imagem da cidade tomada integralmente pela miséria, que exibiria publicamente a sua execração, recobrimdo cada milímetro de toda a fachada marmórea que a Regeneração erguera. Já haviam sido tomadas providências, porém, para esconder esse perigo.

Mas a polícia é feroz: a lei manda considerar vagabundo todo o indivíduo que não tem domicílio certo — e não quer saber se esse indivíduo tem ou não tem a probabilidade de arranjar qualquer domicílio.¹³⁸

E os vagabundos, já o vimos, eram retirados de circulação se fossem capturados no centro da cidade.

Contudo, não só a carência de domicílio, mas também a situação de desemprego caracterizava a vagabundagem delituosa.¹³⁹ Ora, na condição de elevado índice de desemprego estrutural e permanente sob que vivia a sociedade carioca, grande parte da população estava reduzida à situação de vadios compulsórios, revezando-se entre as únicas práticas alternativas que lhes restavam: o subemprego, a mendicância, a criminalidade, os expedientes eventuais e incertos. Isso quando a penúria e o desespero não os arrastavam ao delírio alcoólico, à loucura ou ao suicídio. Mesmo dentre a mão-de-obra ocupada, é de se crer que uma porção bastante apreciável estivesse na situação desse Felismino Xubregas, conhecido de Lima Barreto, músico formado no Conservatório e "sabendo música a fundo", "casado e pai de muitos filhos".

Felismino costumava se apresentar em festas particulares nos subúrbios, e também compunha polcas e valsas cujas partituras vendia. Mas como não obtinha assim o suficiente para sustentar-se e à família:

Procurou toda a espécie de empregos mais acessíveis. Foi lenhador em Costa Barros, caixeiro de botequim em Maxambomba, servente de pedreiro em Sapopemba; hoje o seu ofício habitual é o de construtor de fossas, nas redondezas de Anchieta, onde reside.¹⁴⁰

Um exemplo característico, portanto de uma mão-de-obra instável, rotativa, flutuante, tendente à desclassificação profissional e em estado de trânsito permanente.

João do Rio chegou a esquadriñar alguns desvãos do vasto labirinto do subemprego carioca. Caracterizou com bonomia essa porção degradada da humanidade:

Todos esses pobres seres tristes vivem do cisco, do que cai nas sarjetas, dos ratos, dos magros gatos dos telhados, são os heróis da utilidade, os que apáñham, o inútil para viver, os inconscientes aplicadores à vida das cidades daquele axioma de Lavoisier — na-da se perde na natureza.

Descreve em sua reportagem algumas das mais frequentes dessas "profissões de miséria": os "trapeiros", divididos em duas linhagens nitidamente distintas — a dos que coletavam trapos limpos e a dos trapos sujos; os "papeleiros"; os "cavaqueiros", que revolviam os montes de lixo em busca de objetos e materiais vendáveis; os "chumbeiros", apanhadores de restos de chumbo; os "caçadores de gatos", comprados pelos restaurantes onde eram revendidos como coelhos; os "coletores de botas e sapatos"; os "apanha-rótulos e selistas", que buscavam rótulos de artigos importados e selos de charutos finos para vendê-los aos falsificados; os "ratoeiros", que compravam os ratos vivos ou mortos de particulares para revendê-los à Diretoria de Saúde; as "ledoras de mão", os "atuadores", os "vendedores ambulantes" de orações e de literatura de cordel e os compositores de "modinhas".

Havia mesmo uma certa aceitação oficial dessas "profissões ignoradas", às quais era concedido trânsito livre em toda a extensão da cidade. Parecia haver uma admissão tácita da sua utilidade e mesmo necessidade com relação a setores diversos do comércio e da indústria locais. Inclui-se as autoridades públicas, sempre atentas e rigorosas, principalmente no núcleo central das grandes avenidas, mostravam-se tolerantes com essas atividades e com os que as exerciam: "A polícia não os prende, e, na boêmia das ruas, os desgraçados são ainda explorados pelos adelos, pelos ferros-velhos, pelos proprietários das fábricas."¹¹

O mesmo não ocorre com a mendicância, que se desenvolve abundantemente com o crescimento da cidade e cujos inte-

grantes eram literalmente "caçados" por toda a zona central. A campanha na imprensa era intensa e sem tréguas:

A civilização abomina justamente o mendigo. Ele macula com seus farraços e suas chagas o asseio impecável das ruas, a imponência das praças, a majestade dos monumentos.

Mas já em 1897 a capacidade institucional de recolhimento e isolamento dos mendigos estava completamente esgotada: "O Asilo da Mendicância não basta para conter os que padecem de fome". A imprensa alarmada intima as autoridades a providenciarem urgentemente quanto ao problema e monta um quadro pavoroso da situação:

Quanto mais baixa o câmbio, mais sobe a mendicância, e se isso continua, a polícia, obedecendo à sua intenção benemérita, verá-se obrigada a meter o continente no conteúdo: a cidade dentro do asilo.¹²

De permeio: as mesmas crônicas alarmistas vituperam o desenvolvimento prodigioso da criminalidade: "Dia a dia cresce nesta capital o número de agressões, [...] assaltos, [...] arrombamentos". E, no mesmo tom: "reparem vosmecês no recrutamento dos atentados contra a vida do próximo", "a freqüência inquietante de roubos audaciosos", "a gatunagem anda às soltas", "os assaltos noturnos [...] que vão num crescendo assustador". Com a mesma insistência vêm ainda as admoestações contra a prostituição.¹³

Mas o que mais chamava a atenção dos políticos, jornalistas e intelectuais era o crescimento vertiginoso da delinqüência infantil e juvenil na cidade do Rio.

A infância abandonada, aumentada em número pelo aumento da população, continua a viver na miséria afrontosa, viveiro de delinquentes, sementeira da prostituição e do crime, que se avoluma e cresce progressivamente.

De 1907 a 1912, segundo os dados do Gabinete de Identificação e Estatística do Distrito Federal, mais de um quarto (26%) dos criminosos presos pela polícia tinha menos de vinte anos, sendo que destes, 10% tinham menos de quinze anos de idade.¹⁴⁴ Espalhavam-se por toda parte, "nas ruas da cidade, nas mais centrais até" e constituíam "todo um exército de desbriados e bandidos, de prostitutas futuras, galopando pela cidade à cata de pão para os exploradores".¹⁴⁵

Os que fossem aprisionados pela polícia eram, via de regra, "postos em detetoria promiscuidade com os profissionais do delito nas salas da Casa de Detenção".

O comissário Alfredo Pinto tentou melhorar a situação criada no Depósito Provisório de Menores com oficinas e capacidade para cinquenta crianças, que em pouco tempo transformou-se num asilo com uma lotação repleta de mais de 380 menores.¹⁴⁶

Da mesma forma são freqüentes na imprensa os aplausos à perseguição policial aos bêbados e ao alcoolismo em geral, tido como fator notável de insegurança social: "assassinatos, suicídios, ferimentos, desordens, tudo produzido pelo álcool". Repetem-se as sugestões repressivas, ora enaltecendo a fundação de "sociedades de temperança", ora propondo o "fechamento dos botequins nos fins de semana", visto que o "consumo de bebidas fortes cresce [...] em progressão geométrica".¹⁴⁷

Mais inquietante ainda era o crescimento súbito e desorientador do número de internamentos no Hospício Nacional. O dr. Domiciano Augusto dos Passos Maia, em tese apresentada à Faculdade de Medicina em 1900, arrola impressionantes dados quan-

titativos. No ano de 1889, registraram-se 77 entradas no hospício; esse número subiu para 498 em 1890, caracterizando um crescimento de 547%, e elevou-se para 5546 em 1898, ou seja, num aumento de 1014% em relação a 1890! Nos anos de 1889 a 1898, houve 6121 internamentos, assinalando um crescimento de 7103% do primeiro para o último ano, com uma média de 608 novos casos por ano, o que significa cerca de doze entradas por semana. O que é apenas uma pálida estimativa, pois na realidade o número de casos era muito maior, mas a administração do Hospício "por falta de acomodações deixou de atender a muitíssimas requisições das autoridades policiais".¹⁴⁸

E esse circo de horrores se fecha com a crônica dos suicídios, prática tornada endêmica e caracterizada como "uma espécie de febre intermitente que ataca a população do Rio".¹⁴⁹

Como é bem de se ver, somente com os olhos postos nessa "geena social" é que se pode avaliar com maior rigor as confrontações políticas decisivas, provenientes das tensões sociais em efervescência e que respaldariam os próprios conflitos comedidos e as táticas de ajustamentos circunstanciais no interior das elites. O primeiro desses focos de tensão, representado pelo trabalho organizado e os núcleos de resistência dos Centros e Associações Operárias, embora bastante ativo e contundente, encontrava no Rio dificuldades crassas para a sua articulação e constituição homogênea. Dividido entre correntes rivais — anarquismo, socialismo e trabalhismo —, o grupo operário carioca se compunha de uma população vária, de diferentes pontos e condições de origem e distribuída especialmente em bolsões urbanos isolados e de difícil comunicação. As próprias divisões étnicas entre os grupos majoritários, negros, mulatos e portugueses, eram fontes de atrito e entraves à unidade do movimento, sempre ameaçado com a intensificação da imigração e a diversificação geral das etnias. Sua força de impacto não chega destarte a pôr em xeque o poder

institucional senão no último quadrênio do período estudado aqui.¹⁵⁰

Aproveitando-se justamente do que seria uma das fraquezas do movimento operário e exacerbando-a até o paroxismo, a corrente do jacobinismo seria um dos grandes catalisadores do mal-estar geral disseminado na população carioca. Sua plataforma de arregimentação e combate quase que se resumia toda no seu princípio basilar: o xenofobismo e muito particularmente a lusofobia. Nascido do estado de sítio, da censura e das perseguições indiscriminadas e obscurantistas desencadeadas por Floriano desde o início da Revolta de 1893, reuniu todo gênero de insatisfeitos, aventureiros e oportunistas, particularmente os funcionários públicos dos escalões inferiores, soldados, cadetes, jornalistas da imprensa marrom e grupos populares difusos que caíam sob sua clientela, sensíveis à sua pregação, como os operários do governo e da prefeitura, alguns núcleos de ferroviários, pequenos caixeiros e grande parte da massa dos desempregados e subempregados urbanos. As suas preocupações obsessivas eram desalojar os portugueses enquistados na administração pública com a "grande naturalização" do governo provisório, acabar com o virtual monopólio português sobre o comércio a varejo e sobre a locação de imóveis e, ato final, romper relações com Portugal e acabar com a torrente imigratória lusitana que se avolumava na sociedade do Rio, absorvendo grande parte dos empregos e boas oportunidades.¹⁵¹

Atuando como "governistas" na época de Floriano, passaram à oposição radical com a ascensão de Prudente de Moraes, manifestando a partir de então uma hostilidade ilimitada contra a hegemonia paulista, identificada com a regressão monárquica e a traição aos ideais republicanos, democráticos e nacionais. Este é na realidade o nível mais significativo dessa confrontação política. Segundo os jacobinos, a República dos Conselheiros marca-

ria a ascensão de um nexo social que reuniria os adesistas de última hora (os "chapéus-moles"), os monarquistas, os revoltosos de 1893, os estrangeiros em geral e portugueses em particular, mais os argentinos e escroques beneficiados com as fraudes do Encilhamento. Todo esse "sindicato" reunido contra os elementos verdadeira e etnicamente nacionais, republicanos e democratas autênticos, defensores da agricultura, indústria e comércio sob o controle da gente do país. Para os defensores da República civil e do eixo da hegemonia dos paulistas, o jacobinismo era a manifestação doentia do atraso, da barbárie, da tirania da tradição nos seus estertores finais contra a vitória da civilização, das luzes, da respeitabilidade internacional e do progresso do país.

Mesmo apesar da violentíssima repressão ao seu *Putsch* frustrado de 1897, o grupo que ficara então bastante desarticulado e desmoralizado refez-se em grande parte e manteve uma militância constante contra a República civil e só se apagaria paulatinamente em fins do nosso período de estudo. Ele reaparece com vigor na Revolta de 1904 e nos *meetings* a partir de 1914, fato que revela a sua permanência como força latente na sociedade do Rio. Sua orientação manteve-se sempre a mesma, porque evidentemente as condições sociais e ambientais que lhes deram vigência persistiam ainda. Tobias Monteiro, jornalista e conselheiro pessoal de Campos Sales, na sua viagem de negócios à Europa, em companhia do presidente, resumiu agastado o significado do grupo jacobino:

Aqueles que formaram entre nós as lendas perversas dos sindicatos do descrédito, dos comitês inimigos das instituições; aqueles que desenterraram o espírito retrógrado do ódio ao estrangeiro; que para especular com a ignorância das massas tentaram apresentar-lhes os benefícios da concorrência no trabalho sob o aspecto mentiroso da invasão monopolizadora dos imigrantes: anécdotas

que proclamaram a benemerência lúgubre da febre amarela; que quiseram traçar ao longo da nossa costa uma muralha chinesa, porque nos bastávamos a nós mesmos [...].¹³²

Paralelamente ao jacobinismo, a ação positivista, centralizada no Apostolado Positivista do Rio de Janeiro, procurava ganhar um espaço próprio em meio às camadas operárias, com suas propostas de reformismo social e de "integração do proletariado à sociedade". Sua força maior residia na ampla ressonância que obtinha nas escolas militares, operando por intermédio dos jovens cadetes uma quase que fusão com o movimento jacobino, conforme ocorreu durante o florianismo, e durante as revoltas de 1897 e 1904. Opunha também sérias restrições ao cosmopolitismo desenfreado da República dos Conselheiros, mas era mais reticente quanto à ação combativa, destoando nesse sentido da orientação radical jacobinista.¹³³

E sob esse aspecto parecia-se mais com uma terceira força de oposição, também procurando infiltrar-se nos meios operários e em setores muito específicos da polícia, do Exército e da Marinha: os monarquistas. Chega a surpreender a naturalidade com que Tainay, o seu grande polemista, resenha algumas das idéias e propostas mais cáusticas de Fourier e de Proudhon para criticar o governo e propor uma reformulação da política social. A ação do grupo, contudo, tem pouca repercussão e não vai além da frouxa revolta dos sargentos em 1900 e de participações episódicas nas revoltas de 1893 e 1904. Na realidade, sua tendência maior é para o adesismo à República dos Conselheiros, combatendo juntos a ameaça jacobina a fim de evitar o retorno "ao estado primitivo da barbaria, das tabas indígenas ou dos eitos dos escravos".¹³⁴

Mas como explicar esse medo pânico do jacobinismo, uma corrente afinal difusa e dispersiva tanto nas suas formulações

políticas quanto na sua composição social? Não era esse um grupo até certo ponto moderado, sendo uma de suas exigências básicas justamente "a conservação da lei fundamental de fevereiro de 1891"? Quem responde é a própria Comissão Central do Partido Republicano Paulista:

A questão não é tanto de querer, é mais do modo de querer, não é tanto de idéias, é mais de sentimentos, de temperamentos e de processos de luta. Nós adotamos a tribuna e a imprensa, eles preferem a praça pública; na tribuna e na imprensa, nós empregamos os argumentos, eles agridem; na praça pública fazemos *meetings*, eles motins e revoluções. Nós, quando a sorte das urnas nos for adversa, trataremos pacientemente de reconquistar pelas urnas o governo perdido; eles, derrotados em um pleito eleitoral, apelarão provavelmente para o tumulto e a arruaça.¹³⁵

Essa a característica crucial e que explica toda a força do jacobinismo: era menor a sua própria força do que a habilidade em jogar com uma energia potencial, latente e prodigiosamente explosiva enraizada no seio da cidade, o instinto de revolta do grosso da população oprimida e marginalizada, "as vítimas da Regeneração".¹³⁶

Cerceados nas suas festas, cerimônias e manifestações culturais tradicionais, expulso de certas áreas da cidade, obstados na sua circulação, empurrados para as regiões desvalorizadas: pântanos, morros, bairros coloniais sem infra-estrutura, subúrbios distantes, matas; discriminados pela etnia, pelos trajés e pela cultura; ameaçados com os isolamentos compulsórios das prisões, depósitos, colônias, hospícios, isolamentos sanitários; degradados social e moralmente, tanto quanto ao nível de vida; era virtualmente impossível contê-los quando explodiam em motins espontâneos. Os "quebra-lâmpioes" não paravam somente no

sistema de iluminação pública, praticamente tudo era alvo do impulso destrutivo: bondes, carroças, carruagens, vitrines, estabelecimentos comerciais, casas particulares, o calçamento das ruas, os trilhos, os relógios e bancos. Quando o Regulamento da Vacina Obrigatória passou a ser discutido e divulgado, a simples menção da invasão e derrubada dos prédios anti-higênicos e a manipulação dos corpos por médicos e enfermeiros acompanhados de soldados foram o golpe de misericórdia: "a irritação alastrava com a violência da epidemia". A cidade foi literalmente tomada pelos amotinados; durante três dias, a população resistiu à ação conjugada da polícia, do Exército e da Marinha por todas as formas.¹³⁷

A repressão à revolta foi extremamente brutal:

Sem direito a qualquer defesa, sem a mínima indagação regular de responsabilidades, os populares suspeitos de participação nos motins daqueles dias começaram a ser recolhidos em grandes batidas policiais. Não se fazia distinção de sexo nem de idade. Bastava ser desocupado ou maltrapilho e não provar residência habitual para ser culpado. Conduzidos para bordo de um paquete do Lóide Brasileiro, em cujos porões já se encontravam a ferro e no regime da chibata os prisioneiros [do bairro] da Saúde, todos eles foram sumariamente expedidos para o Acre.

O transporte dos prisioneiros era feito em leves sucessivas, nas chamadas "presigangas" — espécie híbrida de embarcação, entre o navio-prisão e o "tumboiro", e que Barbosa Lima descreveu, deplorando:

a onda de desgraçados que entulham as cadeias desta capital, muitos culpados, outros tantos inocentes, atirados em multidão ao fundo dos vasos que os deviam transportar às terras do destino,

com tal selvageria e desumanidade que a imaginação recua espantada como se diante das cenas do navio negroiro que inspiraram a Castro Alves.¹³⁸

Mas, antes do embarque nas "presigangas", um tratamento particularmente cruel estava reservado aos prisioneiros:

A polícia arrepanhava a torto e a direito pessoas que encontrava na rua. Recolhia-as às delegacias, depois juntavam na Polícia Central. Ali, violentamente, humilhantemente, arrebatava-lhes os pés das calças e as empurrava num grande pátio. Juntadas que fossem algumas dezenas, remetia-as à Ilha das Cobras, onde eram surradas desapidadamente.

E Lima Barreto, o autor dessa exposição, a encerra com um comentário generalizante: "Eis o que foi o Terror do Alves; o do Floriano foi vermelho; o do Prudente, branco, e o do Alves, incolor, ou antes, de tronco e bacalhau".

De fato, assim se definiu a forma de o poder institucional tentar controlar as turbulências recorrentes da população da cidade e impor um limite à extensão dos motins: o uso indiscriminado da violência e da brutalidade na repressão policial. O mesmo autor, escrevendo no início de 1921, frisaria:

Seja qual for a emergência [...] a autoridade mais modesta e mais transitória que seja procura abandonar os meios estabelecidos em lei e recorre à violência, ao chanfalso, ao chicote, ao cano de borraça, à solitária a pão e água, e outros processos torquemedescos e otomanos.¹³⁹

O ressentimento dessas situações e, sobretudo, o grande trauma deixado pela repressão de 1904 marcaram fundo na al-

ma popular, difundindo um sentimento agudo de abandono, des-
prezo e perseguição das autoridades oficiais para com a população
humilde e em particular para com os brasileiros natos — presen-
ça mais marcante e vítimas principais do combate ao motim.
João do Rio recolheu algumas trovas com esse espírito dentre os
presos comuns da Casa de Detenção, em 1908:

*Sou um triste brasileiro
Vítima de perseguição
Sou preso sou condenado
Por ser filho da Nação.*

*

*Dia 15 de novembro
Antes de nascer o sol
Vi toda a cavalaria
De clavinote a tiracol.*

*

*As pobres mães choravam
E gritavam por Jesus;
O culpado disso tudo
É o Dr. Osvaldo Cruz!*

*

*São horas, são horas
São horas de teu embarque
Sinto não ver a partida
Dos desterrados do Acre.¹⁶⁰*